



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ELISABETTE DJENEBA CUDANGO

**RELAÇÃO SOCIOCULTURAL ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU:
UMA ANÁLISE SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E
RESSIGNIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES A PARTIR DE TRÂNSITOS
NO ATLÂNTICO ESCRAVOCRATA DO PORTO DE CACHEU PARA
SÃO LUÍS DE MARANHÃO XVIII-XX**

SALVADOR/BA

2023

ELISABETTE DJENABA CUDANGO

**RELAÇÃO SOCIOCULTURAL ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU:
UMA ANÁLISE SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E
RESSIGNIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES A PARTIR DE TRÂNSITOS
NO ATLÂNTICO ESCRAVOCRATA DO PORTO DE CACHEU PARA
SÃO LUÍS DE MARANHÃO XVIII-XX**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia-UFBA, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri

**SALVADOR/BA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

C964 Cudango, Elisabette Djenaba
Relação sociocultural entre Brasil e Guiné-Bissau: uma análise sobre processos de construção e ressignificação das identidades a partir de trânsitos no atlântico escravocrata do porto de Cacheu para são Luís de Maranhão XVIII-XX / Elisabette Djenaba Cudango, 2023.
87 f.: il.

Orientador: Prof Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Guiné-Bissau. 2. Brasil. 3. Escravidão. 4. Relações culturais. I. Regatieri, Ricardo Pagliuso. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 300

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

Elisabette Djenaba Cudango

“RELAÇÃO SOCIOCULTURAL ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS IDENTIDADES A PARTIR DE TRÂNSITOS NO ATLÂNTICO ESCRAVOCRATA DO PORTO DE CACHEU PARA SÃO LUÍS DE MARANHÃO XVIII-XX.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em onze de setembro de dois mil e vinte e três, pela Comissão formada pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 RICARDO PAGLIUSO REGATIERI
Data: 11/09/2023 13:16:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Pagliuso Regatieri (PPGCS - UFBA)
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente
 ARTEMISA ODILA CANDE MONTEIRO
Data: 02/10/2023 12:49:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro (UNILAB)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
 SEGONE NDANGALILA COSSA
Data: 20/10/2023 11:43:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Segone Ndangalila (UNILAB)
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais: Eusébio Cudango e Inês Sambú Cudango, que deram as suas vidas, lutando pela minha sobrevivência e pela minha educação. Sendo assim, ensinaram-me os princípios e valores da vida que carrego comigo em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus e aos meus ancestrais pelas bênçãos, e força que me deram para realizar este trabalho. Agradeço aos meus pais pela força e amor incondicional, agradeço pelo apoio financeiro, Eusebio Cudango um pai guerreiro que sempre lutou e trabalhou duramente para que nada nos falte, e sempre acreditou em mim e investiu na minha educação desde primaria até na faculdade, e Ines Sambú Cudango, uma mãe de Garra e determinação, tudo que sou hoje devo muito a ela, pois os ensinamentos e educação que me deu, tornaram-me um ser humano humilde e uma grande mulher, e através dela tive privilégio de vir estudar no Brasil, e hoje sou formada, agradeço imensamente a eles.

Agradeço todos meus professores, minhas professoras, e orientadores que acompanharam meu percurso ao longo dos últimos anos eu deixo uma palavra sincera de gratidão, pelas aprendizagens, pela paciência e sabedoria, digo que sem vocês jamais seria esta pessoa tão realizada, porém vocês me ajudaram a realizar o meu sonho. Em especial o meu orientador Professor Doutor Ricardo Pagliuso Regatieri. À FAPESB, meu muito obrigada, pelo apoio financeiro, através da bolsa concedida que tem me permitido cursar o mestrado e me manter com tranquilidade e segurança.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), especificamente, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), seu corpo docente, direção e administração que me proporcionaram a oportunidade de cursar o Mestrado em Ciências Sociais nesta instituição de ensino superior.

De igual modo, meus agradecimentos são estendidos ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) por me permitir realizar o estágio enquanto realizava a pesquisa. Também agradeço aos técnicos da Biblioteca em especial, Domingas da Silva, e Arionilson Lopes pela orientação e fornecimento de matérias e apoio durante a pesquisa do campo. Minha gratidão ao coordenador do centro de estudos História e Antropologia do INEP, o Doutor Saico Djibril Balde, por ter me recebido de braços abertos e por me ter dado todo apoio durante a minha pesquisa na Guiné-Bissau.

Não podia deixar de expandir os agradecimentos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB-CE. Campus dos Palmares, assim, apresento minha eterna gratidão a esta instituição pelo privilégio e oportunidade de nela

ingressar e estudar até concluir a licenciatura em História. Confesso meu grandioso sentimento de reconhecimento por ter proporcionado um ambiente de aprendizagem agradável que me possibilitou concluir a minha graduação, Licenciatura. É, na verdade, uma instituição que me deu a inspiração de fazer o mestrado. Unilab é a casa que me acolheu e me abriu as portas de oportunidades. Também, de fundo do coração, agradeço imensamente à professora Doutora Artemisa Odila Candé Monteiro e ao professor Doutor Ricardo Ossagô de Carvalho, pelo carinho, cuidado, convivência e aprendizado durante todos estes anos da minha permanência no Brasil. Foram pessoas que contribuíram no meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos meus familiares, irmãos/as, tios/as, primos/as, que sempre me apoiaram durante a minha trajetória acadêmica, me incentivaram nos momentos difíceis e entenderam a minha ausência, dedicando-me a estudo superior no Brasil. O Brasil tornou-se em minha segunda pátria, sou grato pela oportunidade de estudar numa Universidade Federal, através das Políticas Públicas e Cooperação Sul-Sul que o Brasil tem com a África na qual a Guiné-Bissau faz parte.

Ao pedagogo Leonel Vicente Mendes, minha imensa gratidão pelo seu apoio moral, porém tem sido fundamental e prestativo, durante a produção da minha dissertação. Meus agradecimentos aos amigos e companheiros que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho.

Por fim, agradeço a todos que, de uma forma direta ou indireta, contribuíram na minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho de dissertação, tem o objetivo de entender a relação histórica e sociocultural entre Brasil e Guiné-Bissau, no processo de construção e ressignificação de novas identidades no atlântico especificamente no Maranhão, a partir da dinâmica da escravidão transatlântica. A cidade de Cacheu fica situada na zona norte do país, aproximadamente 100 quilômetros da capital Bissau, e foi uma das mais importantes feitorias e portos de Guiné-Bissau que teve grande importância estratégica na Costa Ocidental da África durante a época da escravidão. O estudo propõe as seguintes problematizações: De que maneira o legado da escravidão transatlântica pode ajudar na compreensão da relação histórica entre Guiné-Bissau e Maranhão? Quais são aproximações culturais entre Guiné-Bissau e Maranhão considerando o legado da escravidão? Que significado Cacheu tem na história da escravidão transatlântica? Contemporaneamente, em que medida uma reflexão histórica e social poderá ajudar na compreensão das relações socioculturais entre os dois países a partir de trânsitos no Atlântico escravista? Em termos metodológicos, o presente estudo pesquisa tem caráter qualitativo, com base em análise documental e pesquisa bibliográfica, como suporte teórico e estratégico que possibilitou aproximar-se e compreender-se a realidade a ser estudada, através de um estudo de caso, feito no local. Diante de estudos feitos, a pesquisa comprovou que a relação em Guiné-Bissau e Brasil, é baseado nos fatos históricos e nos elementos culturais, porém possuem laços identitários comuns e quanto a mesma ancestralidade, fruto do legado da escravidão.

Palavras-Chave: Guiné-Bissau; Brasil; Cacheu; Escravidão; Relação Sociocultural.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to understand the historical and socio-cultural relationship between Brazil and Guinea-Bissau, in the process of constructing and re-signifying new identities in the Atlantic, specifically in Maranhão, based on the dynamics of transatlantic slavery. The city of Cacheu's located in the north of the country, approximately 100 kilometers from the capital Bissau, and was one of the most important trading posts and ports in Guinea-Bissau, which had great strategic importance on the West Coast of Africa during the time of slavery. The study proposes the following questions: How can the legacy of transatlantic slavery help to understand the historical relationship between Guinea-Bissau and Maranhão? What are the cultural links between Guinea-Bissau and Maranhão, considering the legacy of slavery? What significance does Cacheu have in the history of transatlantic slavery? At the same time, to what extent can a historical and social reflection help to understand the socio-cultural relations between the two countries based on transits in the slave Atlantic? In methodological terms, this study is qualitative in nature, based on documentary analysis and bibliographical research, as theoretical and strategic support that made it possible to approach and understand the reality to be studied, through a case study, carried out on site. In the light of the studies carried out, the research proved that the relationship between Guinea-Bissau and Brazil is based on historical facts.

Key-words: Guinea-Bissau; Brazil; cacheu; Slavery; Sociocultural Relationship.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Números de escravizados inseridos em Pará e Maranhão em 1758 _____ pág. 47

Tabela 2. Dinâmica e trajetória de tráfico de escravos de alguns países de África para Maranhão _____ p. 48

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Mapa político da Guiné-Bissau -----	pág. 13
Imagem 2. Mapa administrativo da Guiné Bissau-----	pág. 14
Imagem 3. Mapa de localização geográfica de diferentes etnias da Guiné Bissau-----	pág. 15
Imagem 4. Forte e vila dos moradores de Cacheu 1558-----	pág. 30
Imagem 5. Fortaleza de Cacheu. -----	Pág. 32
Imagem 6. Honório Pereira Barreto - primeiro Governador da Guiné, e grande comerciante de escravo. -----	Pág. 41
Imagem 7. Navio negreiro do século XVIII-----	pág. 50
Imagem 8. Tabela dos dados dos escravizados de Guiné-Bissau para Brasil (de Cacheu para Maranhão. -----	Pág. 63
Imagem 9. Azeite dendê produzido na Guiné Bissau-----	pág. 68
Imagem 10. Dendê -----	pág. 63
Imagem 11. Siga comida típica da Guiné Bissau -----	pág. 63
Imagem 12. Comida Caruru de Brasil -----	pág. 63
Imagem 13. Doce de coco de Guiné Bissau -----	pág. 63
Imagem 14. Cocada de Brasil -----	pág. 63
Imagem 15. Grupo cultural netos de Bandé-----	pág. 69
Imagem 16. Tambor de crioulo de Maranhão-----	pág. 69
Imagem 17. Memorial de escravatura -----	pág. 71-72
Imagem 18. Estátua de Nuno Tristão em Fortaleza de Cacheu. -----	Pág. 74
Imagem 19. Estátua de Honório Pereira Barreto em Fortaleza de Cacheu -----	pág. 75
Imagem 20. Antiga capela de Cacheu, Nossa senhora do Vencimento do século XVI--	pág. 75
Imagem 21. Antigo palácio administrativo do governo colonial-----	pág. 76
Imagem 22. Brasão colonial de praça de Cacheu-----	pág. 76
Imagem 23. Parte interna de fortaleza de Cacheu -----	pág. 77
Imagem 24. Parte externa de fortaleza de Cacheu-----	pág. 77
Imagem 25. Praça pública da cidade de Cacheu -----	pág. 77
Imagem 26. Antigo porto de embarque dos escravizados -----	pág. 78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Ação para desenvolvimento

AIN- Associazione interpreti naturalistici

RGPH – Recenseamento geral da população e habitação

IMVF- Instituto Marquês de Valle Flôr

ONGD – Organizações não governamentais para o desenvolvimento

COAJQ – Cooperativa agropecuária de jovens quadros

CGGPM- Companhia geral do Grão Pará e Maranhão

INEP- Instituto nacional de estudos e pesquisas

UNILAB- Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. POVOAMENTO DA COSTA DA GUINÉ: DIMENSÃO HISTÓRICA E O PROCESSO DE ESCRAVIDÃO.....	25
2.1. O POVOAMENTO DA GUINÉ: INSTALAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL EM CACHEU.....	25
2.2. A RESISTÊNCIA DOS NATIVOS DE CACHEU E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO PERANTE A EXPLORAÇÃO PORTUGUESA.....	35
3. AS DINÂMICAS DA ESCRAVIDÃO TRANSATLÂNTICO: ROTAS, COMPANHIA E COMERCIALIZAÇÃO.....	45
3.1. COMPANHIA GERAL DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO E A DINÂMICA DE TRÁFICO DE ESCRAVOS NA COSTA DA GUINÉ ENTRE PORTOS E NAVIOS...	45
4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RESIGNIFICAÇÕES DAS IDENTIDADES A PATIR DO ATLÂNTICO ESCRAVISTA E AS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO... 	54
4.1. RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES.....	54
4.2. MEMÓRIA DE ESCRAVATURA E DO TRÁFICO NEGREIRO EM GUINÉ-BISSAU: O REGRESSO DOS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO A CACHEU	65
5. CONCLUSÕES.....	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

1. INTRODUÇÃO

Na costa ocidental da África, situa-se a Guiné-Bissau e possui uma área de 36.125 Km² de superfície terrestre. No entanto, apenas 24.800 Km² é habitada, devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares e periódicas. Augel¹ (2007) argumenta que, atualmente, estima-se cerca de um milhão e quinhentos mil da população. Quanto à delimitação fronteiriça, o país se limita com o Senegal ao Norte, e a Leste e ao Sul com a República da Guiné Conakry, ao Oeste em toda sua extensão ocidental a Guiné-Bissau é banhada pelo Oceano Atlântico. Independentemente do território continental, inclui também o arquipélago dos bijagós com mais de 80 ilhas e ilhéus, e muitas delas se encontram desabitadas devido à densa vegetação tropical.

Ainda a mesma autora afirma que, por estar entre Equador e Trópico de Câncer, a Guiné-Bissau é um país plano que possui clima tropical, com características quentes e húmido. O país possui duas estações anuais diferentes: Estação chuvosa que começa a partir do mês de maio ao mês de outubro e estação seca que começa a partir de novembro até abril.

Embora marítimo, nas regiões do Leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental. O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corubal, o Mansoa, o rio Grande de Buba e o rio Cacine, todos com inúmeros braços. Ainda assim, em termos administrativos o país é composto por oito regiões (Estados): Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e Setor Autônomo Bissau, a Capital. Além desta divisão, o país está constituído por mais de 38 setores e várias seções administrativas.

Imagem 1: mapa da Guiné-Bissau.

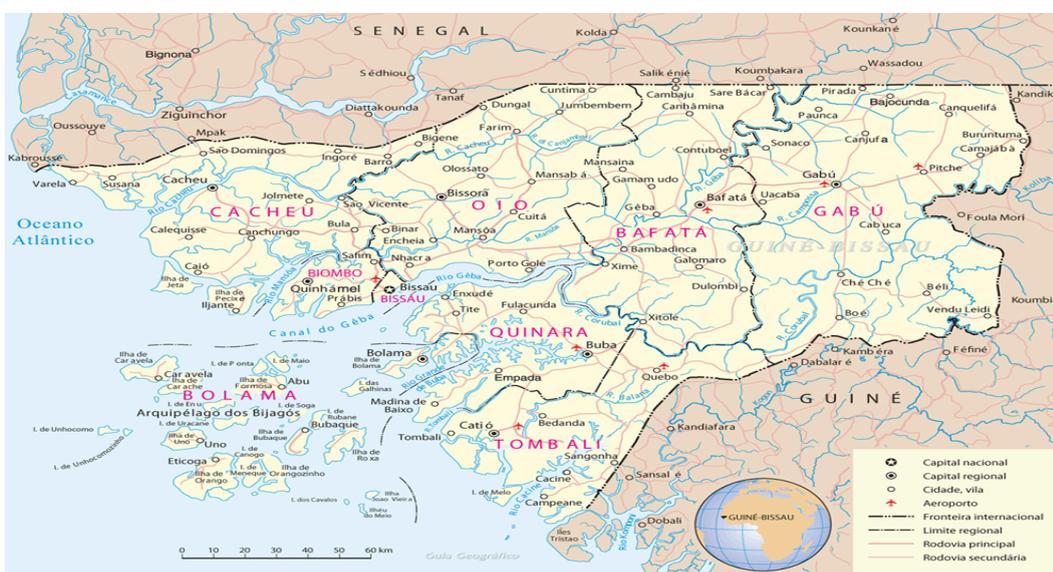


¹ AUGEL. Moema Perente. **O desafio de escombro: a literatura guineense e anarração da nação**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras-UFRJ, 2005.

Fonte: <https://pt.dreamstime.com/mapa-pol%C3%AAdtico-de-guin%C3%A9-bissau-image103661003> Acesso 26/04/2022.

Segundo os dados do terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009, Gabú e Bafatá situam-se a Leste; Tombali, Quinara e Arquipélago dos Bijagós a Sul; Oio, Cacheu e Biombo a Norte. As regiões estão subdivididas em trinta e oito (38) Sectores administrativos, 103 secções e cerca de 4.500 tabancas.

Imagem 2: Mapa administrativa da Guiné-Bissau e as suas subdivisões.



Fontes: <http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-guine-bissau.jpg> acesso em 14/03/2023.

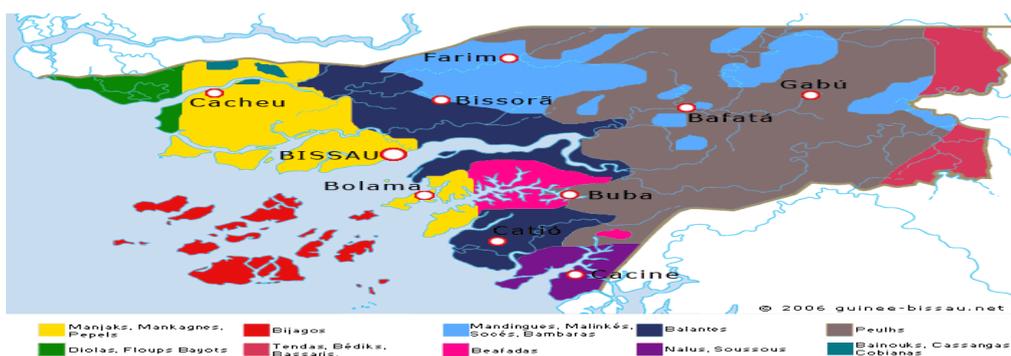
Guiné Bissau é um país pequeno, porém rico em termos de diversidades e é composta por diversos grupos étnicos. Um grupo étnico é formado por conjunto de pessoas que falam a mesma língua étnica, ligados por traços culturais históricos e religiosos. Neste caso, cada etnia tem sua cultura e tradições (línguas étnicas, danças, rituais, comida típica e trajes). Por mais que tenha várias línguas étnicas, a língua guineense é mais falada, nas zonas urbanas, em particular na Capital Bissau. O guineense é tido como língua da unidade nacional, assim como explica Augel²:

A Guiné-Bissau é um país, como quase todos os países africanos, constituídos por grupos populacionais de origem diversa. O mosaico étnico da Guiné-Bissau é muito variado tendo sofrido no correr dos séculos muitas

alterações. A migração, as guerras de conquista e a colonização desempenharam um papel importante na redistribuição e no entrecruzamento populacional. Apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias, suas línguas em grandes partes muito diferentes umas das outras. Luigi Scantamburlo refere-se a 27 grupos étnicos, mas os autores não são unânimes nessa qualificação e isso porque há grupos, subgrupos e os critérios variam bastante (2007, p. 76).

Por outro lado, o Juará (2017), traz os dados do censo de 1950 que demonstram que já existiam mais de 30 grupos étnicos dentro de uma população de 508.970 habitantes naquele ano. Fato que comprova a extinção de alguns grupos étnico, que porventura ingressaram em outras etnias. O último recenseamento populacional de 2009³ mostra que as etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, são: a Fula com 28,5% que vive essencialmente no Leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta com 22,5% da população que se encontra principalmente nas províncias Sul (Catió) e Norte (Oio), a Mandinga com 14,7%, no Norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Para tanto, com expressão mais reduzidas encontramos ainda as etnias Beafada 3,5%, Mancanha com 3,1%, Bijagó, como o próprio nome indica, vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total, Felupe com 1,7%, norte do país São domingo, Mansoanca 1,4% ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencer a qualquer etnia⁴.

Imagem 3: estruturas étnicas na Guiné-Bissau



Fonte:

http://4.bp.blogspot.com/-PdFFvzwjU/UW_D4JHMVOI/AAAAAAAAACTM/IP5Ricxln-w/s1600/ethnies_guinee_bissau.gif acessado em: 14/03/2023

Essa mistura étnica faz da Guiné-Bissau um país rico em termos culturais. O sentimento de pertença étnica é grande, enfatiza-se que a diversidade cultural se baseia na

³ Terceiro recenseamento geral da população e habitação da G.B. doc. Instituto Nacional de Estatística 2009.

⁴ <https://clossvany.com/etnias-da-guine-bissau/> acessado em 01/06/2022

variedade de elementos culturais que estão presentes e marcam o lugar em uma sociedade. Em termos da religiosidade, a Guiné-Bissau é um país considerado laico, porque representa três grupos sociais. Segundo Pinto⁵ (2009), existe religião tradicional africana que é voltada a culto e devoções aos ancestrais e irãs, a religião muçulmana é a que foi implementada pela influência arábica, enquanto a religião cristã implementada pelos colonizadores europeus.

No âmbito histórico, o país não se limita a partir da colonização ou depois dela, mas convém ver gênese da história, onde tudo começou. Desde a sua formação, já existiam povos e suas formas de construções políticas. Nas palavras de Benzinho e Rosa⁶ (2015), a presença dos primeiros homens na Guiné-Bissau foi datada 200 mil anos a.C., mas os registos históricos mais evidentes iniciam-se no 3º milênio a.C. com a chegada de povos do deserto do Sahara, ascendentes dos atuais grupos étnicos do litoral e ilhas da Guiné-Bissau.

Os dois autores, Benzinho e Rosa (2015), alegam que no século IV a.C. foi fundado o império do Gana que perdura até ao séc. XI, quando os almorávidas tomaram Kumbi-saleh, a capital do Gana. É então que, os povos Nalus e Ladurnas chegam à Guiné-Bissau, onde dominavam os povos Mandingas, pertencentes ao reino de Kaabú, instalados entre a região nordeste da Guiné-Bissau e a região de Casamansa. O reino de Kaabú era por sua vez vassalo do império do Mali (1230 a 1546), estado rico e sumptuoso que se estendeu entre a região do rio Senegal e do alto Níger.

Segundo Augel (2005), o território que é denominado hoje de Guiné-Bissau, fazia parte do reino de Kaabú, como também do império do Mali, porém os dois reinos estavam ligados. As mandingas (etnia muçulmana) vieram do alto Níger e fundaram o reino do Mali, ocupando uma extensa área da costa ocidental da África. Depois com o declínio do império do Mali, deu-se a origem a império de Kaabú, onde se tornou reino independente, os mandingas chegaram a Kaabú através da expedição de Tiramakan Traore, o general do exército do Mali, no reinado de Sundiata Keita a partir de 1240. Dominaram e Islamizaram as etnias que ali se encontravam, como Biafadas, Balantas, Manjacos, os Bijagós. Portanto, com a expansão dos povos Fula nos séculos XV a VI, também igualmente muçulmanos, que estavam sob domínio mandinga, até que surge revolta, evento conhecido como a batalha de Kansala, um confronto militar entre o exército do Mali e fulas de Fouta Djallon, em os fulas foram vencedores em 1867 e ocuparam o reino, expandindo-se até a Guiné e estabeleceram a sua supremacia.

⁵ PINTO, Paula. **Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau: Uma Perspectiva interpretativa do Subdesenvolvimento**. 2009

⁶ BENZINHO e ROSA. **Guia turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau**. Gráfica ediliber: Coimbra, 2015.

Lopes⁷ (2005), salienta que, com o desaparecimento do império do Mali no século XVII, deu mais influência ao Farim-Kaabu, que deu origem à formação dos (Nyantio), e colocou Kansala como capital de Kaabu. Passando o tempo com a presença europeia, mais verificado em 1946, enfraquece rapidamente o poder local tributário, porém é um período em que fulas aliaram aos colonizadores europeus, e contribuíram ativamente no processo de venda de escravos, isso compromete imensamente a autoridade de Kaabu-Mansa-Ba, e os colonizados concretizaram suas intenções maquiavélica de uma simples comercialização de produtos para uma larga e longa escala, que é tráfico humana, infelizmente com participação dos nativos.

O contato português na costa da Guiné se deu no século XV nos rios da Guiné, em seguida chegaram ao Senegal em 1444, e seguindo a rota chegaram ao rio Gâmbia em 1446 no qual a Guiné faz parte, fizeram toda trajetória através duma expedição marítima comandada pelo Nuno Tristão a mando do Dom Infante Henrique o rei do Portugal. Segundo Candé Monteiro⁸ (2013), foi o navegador Álvaro Fernandes que liderou a expedição marítima nas terras da Guiné. Segundo a explicação da mesma autora:

Assim, como em outras partes do continente africano, o século XV – aproximadamente o ano de 1446 – marca o início da chegada dos portugueses no território que viria mais tarde a denominar-se Guiné-Bissau, pois o acesso à Costa da Guiné, ou seja, Senegâmbia, deu-se através da rota instituída pelo navegador Álvaro Fernandes. Assim, como em outras partes do continente africano, o século XV – aproximadamente o ano de 1446 – marca o início da chegada dos portugueses no território que viria mais tarde a denominar-se Guiné-Bissau, pois o acesso à Costa da Guiné, ou seja, Senegâmbia, deu-se através da rota instituída pelo navegador Álvaro Fernandes. Entretanto, na Guiné-Bissau, a ocupação começou no norte do país a partir da cidade de Cacheu, fundada em 1588, mas sob a regência da administração do Arquipélago de Cabo Verde. As primeiras feitorias foram construídas nos cursos dos rios São Domingos, Cacheu, Farim e Buba, já que inicialmente os portugueses não intencionavam a ocupação no interior do país. Assim, em 1642, a cidade de Cacheu torna-se a capitania e principal referência dos portugueses para o acesso ao resto do país. A cidade de Farim foi fundada em 1640, e a atual capital, Bissau, teve a sua ocupação em 1686 (Candé Monteiro, 2013. p. 92).

Como podemos notar, essa ocupação colonial no território guineense durou longos anos, até que para alcançar a sua liberdade e independência, Guiné-Bissau teve que recorrer a luta armada que perdurou 11 anos de guerra, e em 1973 proclamou-se a sua independência, tornou-se a primeira colônia portuguesa a conquistar a independência.

⁷ LOPES, A. Marques. **Colonização da Guiné (1800-1819)**.

⁸ CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional: Conexões Entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994)**.

Entrando no assunto principal da pesquisa, a ligação histórica entre o Brasil e a Guiné-Bissau remete longa década. laços identitários culturais existentes entre o Brasil e a Guiné-Bissau, foi marcada pelo processo de escravidão. Os dois países possuíam destinos traçados pelo Atlântico e colonizados por Portugal, conforme narrativas historiográficas oficiais, os portugueses invadiram Guiné-Bissau em 1446, através de uma expedição marítima comandada por Nuno Tristão a mando de Dom Infante Henrique.

Primeiramente, o motivo da viagem era fazer trocas comerciais e ao longo de tempo passou a tomar outro rumo maior, o qual, tráfico humano. A cidade de Cacheu foi muito fundamental nesse processo de deslocamento forçado no Atlântico. Portanto, o porto de Cacheu era o ponto principal de embarque dos escravizados para diferentes cantos do mundo, por isso, com a construção da fortaleza de Cacheu, intensificou-se mais o comércio na região, porém, fundou-se a companhia de Cacheu e rios da Guiné em 1675 para dinamizar o comércio, depois houve a criação da companhia Grão-Pará e Maranhão em 1755-1778.

É importante destacar a colaboração e participação ativa dos próprios chefes locais (régulos) nesse processo de tráfico humano e comércio transatlântico. Estes eram influenciados e recebiam apoio da coroa, através das alianças que se faziam com os europeus e entre outros objetivos como a facilitação na instalação da administração política, construção de fortalezas para proteção de seus negócios e bens, assunto que será abordado adiante.

Assim sendo, o porto de Cacheu foi o ponto de embarque de quantidades de produtos e de pessoas escravizadas com destino ao Brasil, especificamente ao Maranhão. Nesse processo de deslocamento forçado no Atlântico, por meio da embarcação, de navio negreiro, trazidos para as Américas, essas populações vieram com suas culturas, crenças religiosas, línguas, sabedorias, culinária etc.

Todavia, muitos africanos foram trazidos através da travessia atlântica, especificamente, do Porto de Cacheu à São Luís do Maranhão. O processo de travessia e chegada desses africanos escravizados no território brasileiro tem sido determinante para o processo de reconfiguração e ressignificação das identidades negras dos povos da diáspora africana no Brasil. As marcas do processo de escravidão ainda está presente na sociedade Guineense, principalmente na Cidade de Cacheu, pode-se notar os vestígios deixados pelas ruas de cidade, como os monumentos construídos na época colonial, o museu da escravatura e do tráfico negreiro também construído em memória dos nossos antepassados.

A intenção de pesquisar Cacheu como cidade histórica surgiu durante uma leitura do guia turístico de Guiné-Bissau. Nela, emocionei-me com o capítulo dedicado à história de Cacheu como a cidade velha com o seu sobrenome da Silva. Cacheu, umas das cidades mais

antigas da Costa Ocidental da África, foi sede de comércio e tráfico de africanos escravizados nos séculos passados, e por outro lado, é a minha própria relação com a Cacheu, cidade que me viu crescendo, porque nasci em Bissau, aos três anos de idade fui levada para conviver com o meu tio e a sua família na cidade de Cacheu, ali eu cresci vendo as memórias dos antepassados colonial e da escravatura através das fontes e dos vestígios deixados e isso veio despertando sempre a minha curiosidade, até quando cheguei na UNILAB. Foi nessa universidade que tive contato com um dos textos sobre Guia turístico da Guiné-Bissau, esse texto conectou-me novamente com as memórias e lembranças da cidade de Cacheu e das suas histórias. A partir daí que decidi procurar Professora, Doutora Artemisa Odila Candé Monteiro, contando-lhe sobre o meu interesse de pesquisar e escrever sobre história da cidade de Cacheu e o processo de escravidão, inclusive ela foi quem me orientou na Graduação.

Portanto, é importante destacar que essa pesquisa nasceu na Graduação, âmbito da apresentação do projeto de conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades (2018) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB-CE) cujo tema foi: A Historiografia da Escravidão na Guiné Portuguesa: De porto de Cacheu para São Luís do Maranhão nos séculos XVIII-XX. A partir do enquadramento do resultado histórico alcançado anteriormente, optamos por dar continuidade no trabalho de forma mais abrangente, ou seja, mais aprofundada no âmbito sociocultural e histórico.

Entretanto, decidi dar continuidade a pesquisa e trazendo para campo de mestrado, propondo uma análise histórica e social sobre o passado do povo Bissau Guineense escravizado e trazido de Cacheu a São Luís-Maranhão, através de uma corrente escravista em meados do século XVIII-XX, desse modo, o estudo pretende analisar as ressignificações das identidades construídas pela população escravizada a partir da dinâmica da escravidão transatlântica.

Por outro lado, gostaria de destacar a importância das duas disciplinas que serviram como suporte básico na fase inicial da pesquisa que é a HISTÓRIA DA GUNÉ I e II, ministrada pela professora Doutora Artemisa Odila Candé Monteiro em UNILAB, onde aprendi bastante, e aprofundei nas leituras e aproveitando os textos para enriquecer a pesquisa.

A UNILAB sendo uma universidade de integração e de conexão entre Brasil e África contribuiu muito no processo de produção de conhecimento endógena, e nos proporciona uma visão clara e crítica científica dos saberes populares e da cultura afro-brasileira, conforme a sua proposta de criação.

Com o efeito, o presente trabalho objetiva inserir-se numa discussão sobre a relação entre Brasil e Guiné-Bissau, dois países irmãos, que tem ligação iniciada desde o passado e continua no presente, nos âmbitos político e educacional, através da cooperação bilateral e multilateral entre os dois países. Consideramos importante (re)conhecer e discutir a existência da escravidão na Guiné-Bissau (que para maioria é um fato desconhecido), mostrando como esse processo ajuda elevar a relação com o Brasil, na medida em que a cidade de Cacheu era o ponto de embarcação das pessoas escravizadas para o Brasil em um dos destinos mais utilizados, São Luís do Maranhão. Portanto, é imprescindível compreender os reflexos dessa ligação histórica e, ao mesmo tempo, analisar como ocorreram as dinâmicas dos processos de ressignificações das novas identidades fora da Guiné e, ainda, como pessoas escravizadas reinventaram as novas redes de vivências culturais na diáspora negra.

Deste modo, a pesquisa irá contribuir academicamente na historiografia social contemporânea da Guiné-Bissau. Vale a pena ressaltar que, poucos documentos e textos escritos abordam a nossa história no passado, a ligação que tivemos/temos com a diáspora brasileira, assim como, as similitudes que existem entre os dois povos.

No âmbito social o trabalho poderá contribuir na conscientização do passado histórico da população guineense acerca da existência da escravidão no contexto da “Guiné-portuguesa” atual Guiné-Bissau, que resultou nos laços culturais e sociais com o Brasil. Espera-se então, que este trabalho oportunize a comunidade acadêmica e científica a conhecer mais sobre a história que liga os dois povos que começou ainda no passado e que resultou na construção de novas identidades africanas na diáspora brasileira, que extrapola os limites territoriais, ou seja, a identidade de um povo não deve ser medida somente através do espaço geográfico de um país. Portanto, espera-se que este projeto forneça a clareza e desperte a curiosidades para futuros trabalhos e pesquisas acadêmicas nesta área.

Para concretizar a pesquisa congrega os seguintes objetivos: Objetivo geral: Analisar a relação histórica e sociocultural entre Brasil e Guiné-Bissau, a partir da dinâmica da escravidão transatlântica. Além do objetivo geral, este trabalho de investigação traça os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as semelhanças da cultura guineenses no Maranhão; 2) compreender o processo de escravidão na Guiné-Bissau a partir do Porto de Cacheu; 3) Conhecer a ligação histórica ou conexão entre Cacheu e Maranhão.

No entanto, o que emerge como problema central deste trabalho pode ser traduzido nas seguintes questões:

1) De que maneira o legado da escravidão transatlântica poderá ajudar na compreensão da relação histórica entre Guiné-Bissau e Maranhão?

2) Quais são aproximações culturais entre Guiné-Bissau e Maranhão considerando o legado da escravidão?

3) Que significado Cacheu tem na história da escravidão transatlântica. Contemporaneamente, em que medida uma reflexão histórica e social poderá ajudar na compreensão das relações socioculturais entre os dois países a partir de trânsitos no Atlântico escravista?

Como diretriz metodológica para o desenvolvimento da pesquisa aqui proposta, adotou-se o método qualitativo, com inspiração em análise histórico e documental como suporte e estratégia que nos ajuda a aproximar e compreender a realidade a ser estudada, considerando o contexto histórico e o foco do trabalho.

O desenvolvimento do trabalho se dá na base da análise histórica e documental. Os documentos também são fontes importantes para uma pesquisa qualitativa e análise histórica é um modo de pesquisa utilizado para reunir evidências dos acontecimentos que ocorreram no passado e sua resultante formulação de ideias ou teorias sobre a história, porém permite ao pesquisador/a analisar e obter suas interpretações do objeto a ser estudado.

Ao longo da execução do trabalho inicialmente recorreremos a pesquisa bibliográfica, na primeira etapa foi realizado fichamentos e resumos dos livros, dissertações, teses e artigos o que nos possibilita alcançar um dos nossos objetivos preestabelecidos.

A pesquisa de campo foi realizada na Guiné-Bissau entre fevereiro e abril de 2022. Durante esse período, consegui encontrar alguns documentos, livros e outros registros relevantes para o desenvolvimento da pesquisa em duas instituições: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), situado em Bissau, e o Museu da Escravatura, localizado em Cacheu.

No INEP, encontrei os seguintes documentos e livros: "Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa," "As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro," "Cabo Verde e Guiné e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão" de Antônio Carreira, "Gonçalo de Gamboa de Aila, Capitão-Mor de Cacheu, e o Comércio Negreiro Espanhol," e "A Questão do Casamansa e a Delimitação das Fronteiras da Guiné" de Maria Luísa Esteves.

No Museu da Escravatura, encontrei: "Notas sobre o Tráfico Português de Escravos" de Antônio Carreira, "Diálogos Interculturais: Um Olhar sobre Raízes Africanas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Maranhão, Brasil: Quilombo Contemporâneo" (org.), "Panorama Preliminar da Memória da Escravatura em Cacheu,

Guiné-Bissau," e "Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio" de Carlos Lopes, além de "Cacheu Cidade Antiga" de Nelson Fernandes.

O INEP possui uma infraestrutura adequada, apesar de algumas dificuldades estruturais, especialmente em relação à qualidade da internet. Consegui realizar meu trabalho de campo na biblioteca nacional. Minha relação com a equipe de pesquisa foi excelente; eles facilitaram o acesso aos materiais, e tive livre acesso à biblioteca e ao arquivo histórico nacional. A equipe me recebeu calorosamente, esclareceu todas as minhas dúvidas e facilitou minha pesquisa, fazendo-me sentir acolhido na instituição.

Viajei para a Guiné-Bissau sem a bolsa de pesquisa, o que gerou enormes dificuldades financeiras, incluindo os custos de transporte para Cacheu, uma cidade no interior do país, além de despesas com impressão e cópia de livros e documentos encontrados no campo, e outros materiais essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Essas dificuldades financeiras e a falta de recursos afetaram negativamente a qualidade e a quantidade do trabalho em desenvolvimento, que poderia ter sido melhor. Apesar disso, fiz o máximo dentro dos meus limites para cumprir os objetivos definidos no projeto conforme o cronograma físico originalmente aprovado.

Ao chegar a Cacheu, encontrei o museu fechado. No entanto, consegui contatar o responsável pela segurança, que gentilmente liberou o acesso à biblioteca e às salas de exposições. Com o acesso garantido, mergulhei na busca por livros relevantes para minha pesquisa. Digitalizei os textos e aproveitei a oportunidade para fotografar os lugares históricos da cidade.

Além das dificuldades mencionadas, enfrentei outro desafio durante a pesquisa: a escassez de materiais de referência. O acesso a documentos históricos era extremamente limitado, tanto no INEP quanto na biblioteca pública do meu país, e especialmente no acervo histórico.

É importante salientar que a maioria dos documentos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), no momento da consulta, ainda não havia sido digitalizada para inclusão no acervo digital. O Instituto estava em fase de recuperação, após a grande perda da maioria dos seus arquivos durante a Guerra Civil de 1998.

Diante dessa situação, o Instituto perdeu uma parte significativa dos documentos históricos do país. Durante minha investigação, constatei que há uma carência tanto de infraestrutura quanto de materiais, comprometendo a capacidade da instituição de servir como uma fonte eficaz de pesquisa para os investigadores. Não consegui tudo que queria, mas consegui o suficiente para alimentar a pesquisa.

No que diz respeito ao acesso ao acervo e à coleta de dados em campo no Brasil, não consegui viajar para o Maranhão devido a limitações econômicas. A demora no recebimento da bolsa de pesquisa dificultou ainda mais a situação. Com o tempo limitado para concretizar todos os planos, decidi simplificar e cancelar a viagem de campo ao Maranhão. Acredito que o trabalho teria sido muito mais enriquecido se eu tivesse realizado a pesquisa de campo no Maranhão. No entanto, fiz tudo ao meu alcance para garantir que a pesquisa fosse o mais completa e enriquecedora possível.

2. POVOAMENTO DA COSTA DA GUINÉ: DIMENSÃO HISTÓRICA E O PROCESSO DE ESCRAVIDÃO

A escravidão na Guiné-Bissau deu-se mais na Costa da Região rumo ao Brasil. Foi um processo árduo que possibilitou a transição de pessoas escravizadas de uma região para outra.

2.1. O POVOAMENTO DA GUINÉ: INSTALAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL EM CACHEU

De acordo com a teórica Candé Monteiro (2013), o processo da ocupação dos portugueses no solo guineense começou desde o século XV. A partir daí, os invasores começaram a fazer o comércio de escravos, especiarias, ouro, marfim entre outras, com os nativos da Guiné. Como é sabido que o processo da colonização da África propõe a demarcação territorial ou fronteiras, entre grandes potências europeias, através da conferência de Berlim. Portugal, perdeu o monopólio no século XVII quando os ingleses e franceses começaram a se interessar também no tráfico de escravos, no entanto, a partir do século seguinte, os arredores do território da Guiné passaram a ser ocupados por outros interesseiros ingleses e franceses.

Portugal, por sua vez, fazia questão de não reclamar das outras partes interiores e ficava na zona costeira. Também vale salientar que, a Guiné-Bissau na altura não era uma colônia oficialmente de Portugal, só passou a ser autonomamente colônia portuguesa quando realizaram a conferência de Berlim, em 1884 a 1885 em Alemanha, onde decidiram o destino e a partilha da África por grandes potências europeias sem a presença de nenhuma liderança africana. Ainda, no que se refere a conferência de Berlim:

A desenfreada rivalidade que se verificava no seio das potências europeias, no tocante ao acesso às zonas mais ricas para exploração de matérias primas, impulsionou a convocação da Conferência de Berlim para organizar a divisão legal das zonas de exploração. Cerca de quatorze países europeus se reuniram em Berlim, na Alemanha, a fim de discutirem as formas de administrar as suas colônias em África. Na ausência de africanos, a África foi dividida em forma de bolo, cujas fatias foram repartidas, conforme o peso de cada potência, assim como fora também avaliado prestígio econômico, de modo que a Inglaterra e a França obtiveram mais colônias, bem como acesso às zonas estratégicas. Foi nesta conferência que se estabeleceram as linhas da divisão da África entre as potências imperialistas, originando um novo mapa geográfico do continente africano maquiado com o rosto do colonialismo. O objetivo desta conferência era a defesa dos interesses das grandes potências sem, contudo, ter em conta as questões socioculturais e políticas das sociedades africanas (Candé Monteiro, 2013, p. 88).

É oportuno salientar que, houve um acordo entre Portugal e França, em 1886, no processo de delimitação de fronteiras, o tratado Luso-francês discutido e instituído pela conferência de Berlim a respeito da ocupação colonial, que fez com que o Portugal perdeu uma parte do seu território (Casamence) para a França por falta de interesse. Porém, Guiné-Bissau passou a ser como uma província desligada de Cabo Verde em 1879, e veio se tornar um país ou província ultramarina em 1950, por isso ela era batizada de nome da Guiné Portuguesa.

A região que hoje denominamos de Guiné-Bissau nem sempre foi o mesmo território da chamada Costa da Guiné ou Costa Africana, ou melhor, Senegâmbia, pois a divisão arbitrária da Conferência de Berlim, em 1884-1885 traçou fronteiras e separou povos sem levar em conta as tradições culturais dos grupos étnicos existentes e suas fronteiras, obedecendo, portanto, somente aos interesses econômicos (Candé Monteiro, 2013, p. 95).

Segundo Santos⁹ (1989), após a conferência de Berlim, Portugal foi obrigado a confirmar a sua ocupação dos territórios que tanto reivindicava pertencer-lhe em África, dessa forma começaram com a intervenção militar, mas no sentido de submeter à população guineense ao domínio direto da administração colonial e isto causou uma resistência conjugada de etnias diferentes, nesse âmbito o colonialismo português criou um binário que seria o eixo da exploração da Guiné. Começou-se a cobrança do imposto carro e os preços dos produtos, fundamentalmente manca (amendoim), arroz, coconete (coco) entre outros eram baixas. De forma a evitar trabalho forçado, os camponeses eram obrigados a pagar impostos. De todos os produtos importantes produzidos no país, o que sobrava era exportado para Portugal que por sua vez, enviava mercadorias que eram trocadas pelos produtos agrícolas que sobravam, excluindo assim as trocas de produtos com outros grupos fora do território, neste caso, Portugal ficou como único parceiro do comércio externo.

Dessa forma, os grupos étnicos que se encontravam na Guiné eram todos obrigados a fazer relações de trocas mais estreitas através de rede comercial portuguesa. Neste caso, para Santos (1989), os primeiros contatos não tinham um espaço específico, com a estrutura própria para executar as suas atividades comerciais, portanto realizavam os negócios com os apoios dos chefes ou reis africanos, que os hospedavam durante o período necessário para a realização da operação mercantil.

⁹ SANTOS, Manuel. **Guiné Bissau: A Formação da Nação**. In ___. A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Bissau: INEP, 1989.

É importante destacar que são os próprios régulos que hospedavam os comerciantes europeus em particular portugueses, embora a chegada dos europeus na costa da África fora demonstrada pelas ações comerciais e trocas de mercadorias, mas tarde veio associar ao tráfico humanos através da colaboração dos chefes locais e os seus fornecedores e os conflitos políticos internos territoriais para manutenção do poder (os fouta djalon), acusações de feitiçaria e várias acusações de crimes, facilitaram a tráfico de escravos, e os portugueses alimentava esses conflitos por causa dos seus interesses, fazendo acordos e trocas de armas e artigos luxuoso pelos escravos, principalmente na região de Senegâmbia, que foi a principal vítima desse empreendedorismo humano, Boubacar Barry explica melhor como essa dinâmica comercial funcionava na região.

Barry¹⁰ (1990) enfatiza que a partir dos séculos XV e XVI, mudavam a direção do comércio do interior para costa e passou a dominar o comércio inter-regional da Senegâmbia em relação estreita com a exploração nas ilhas de Cabo Verde. Portanto, o comércio de ouro, marfim e de pessoas escravizadas provocou mudanças políticas e sociais. Porém, no século XVII, o mercantilismo colonial integra nas relações de dominação a Europa, a África e a América, e a Senegâmbia desempenhou um papel de periferia, as feitorias de Saint-Louis, Gorée, Saint-James, Cacheu e Bissau, prendem completamente a costa Senegâmbia que se transformou num lugar de vazão para provenientes fornecidos do interior até a curva do Níger, e o deslocamento das vias comerciais para costa é especificamente nas mãos dos franceses, ingleses e portugueses através do rio Senegal, Gâmbia e dos rios do sul, e arruinaram o antigo limite exterior transaariano para direção do norte em benefício do eixo Leste-Oeste.

O tráfico negreiro, que permanece no centro de comércio durante todo séc. XVIII e parte do séc. XIX, determina largamente a evolução dos Estados e sociedades da Senegâmbia, embora zona secundária, exporta ininterruptamente cerca de 8.000 escravos por ano. O comércio de escravos que arruína tanto as sociedades costeiras como as do interior encontra-se associado no Norte, no rio Senegal ao comércio da borracha, que favorece a inserção dos Berberes no circuito atlântico e a dominação da Senegâmbia setentrional pelos emiratos da Trarza e do Brakna. Do mesmo modo a importância do tráfico negreiro na Senegâmbia favorece a instalação das famílias dos negreiros nos rios do sul, bem como a utilização em grande escala de escravos para a produção dos alimentos necessários para o abastecimento dos navios negreiros (Barry, 1990, p. 11).

Com base nestas afirmações, percebe-se que, foram as pessoas importantes, ou lideranças que garantiram a saída das “pessoas escravizadas” de Cacheu, Bissau e Cabo

¹⁰ BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao Séc. XX: Em Defesa de uma História Sub-Regional da Senegâmbia.** In. Soronda: revista de estudos guineenses. n° 9 (Jan. 1990).

Verde, para o novo mundo, majoritariamente em São Luís e Belém. Perante esse contexto histórico, nota-se que houve uma concorrência entre potências europeias pelas redes transaarianas e comércio atlântico. Neste sentido, de acordo com Henriques¹¹ (2016), os portugueses traziam barras de ferro, bugigangas, tecidos, álcool, e recebiam em troca escravos, couro e pimenta. Com ajuda dos grumetes que são os próprios autóctones e lançados como mediadores entre os portugueses e os africanos. os lançados são homens brancos europeus, alguns deles de origem judia que, fugiram das autoridades da época da inquisição para África, tiveram hospedagem dos líderes locais, garantindo laços comerciais e aceitavam casar-se com mulheres africanas, eles acabavam, assim, por encontrar forma de ganhar a vida através do comércio de escravos.

Com suas redes de comércio clandestino, porém neste quadro quer os capitães-mores assim como os poderosos comerciantes se queixavam muito dos lançados, irritavam a Coroa, com quem eram obrigados a partilhar os dividendos do comércio. Mas também na época, o nome lançado estava ligado ao indivíduo que se vendia a si próprio, sem moral, descaracterizado e que conseguia viver nas matas, no sertão. Os comerciantes, por sua vez, comercializavam também com os negreiros. Neste âmbito, os guineenses comercializavam com negreiros portugueses e de outras nacionalidades, mesmo quando a lei régia o proibia, logo existia uma constante tensão entre os moradores e as autoridades, era um negócio rentável, os escravos valiam algum dinheiro.

Porém, no primeiro momento, os portugueses chegaram mostrando interesse em trocas de produtos comerciais, fazendo alianças com os chefes locais e estabelecendo seus interpostos. Dentre estes homens, vieram também os lançados que tiveram uma participação ativa nesse processo da escravidão. Conforme Santos (1993), os lançados eram pessoas que infringiram a leis da supremacia, e foram expulsos da Europa, eram homens brancos e alguns judeus. Entre eles havia uns que eram bem ricos. Foragidos do Portugal e hóspedes e aventureiros em África, faziam o papel de intermediários, dessa forma acabavam por encontrar maneira de ganhar a vida através do comércio de escravo, negociavam diretamente com os régulos e elites africanos que vendiam escravos e faziam negócios com os portugueses moradores de Cacheu, e sempre entravam em confrontos com os poderosos comerciantes, os capitães – mores dividiam os lucros.

Os lançados ocupavam-se no comércio da troca entre mercadorias europeias e produtos africanos. As mercadorias vindas da Europa (portuguesas,

¹¹ HENRIQUES, Joana Gorjão. **Guiné-Bissau: Alimentar o Comércio de Escravos de Cabo Verde**. 2016.

inglesas, italianas e indianas) eram fundamentalmente bretãs, contaria da Índia, roupa branca e pintada da Índia, Grã-Bretanha, pano vermelho e amarelo, mantas do Alentejo, barretes vermelhos gabões, continha de Veneza, contas brancas, azuis, verdes e outras cores de vidro estanho, cobre, preta, búzio, papel, cravos, bacias, estanho, arame, manilhas de cobre, prata e latão, bacias de barbear caldeirões de cobre. (Santos, 1993, p. 69).

Isso mostra que esses homens eram os que dominavam o comércio que se estabelecia entre europeus e africanos. Assim, para África, os produtos eram levados com finalidade de realizar trocas comerciais. Dessas trocas eram retiradas da África couros, marfins, cera, gomas, âmbar, ouro e, por fins escravos. Santos (1993), ainda conta que os homens lançados eram chamados também de tangomãos, pumbeiros, tangomaus, tangomans, eram considerados indivíduos sem moral, sem caráter, indivíduos que se vendiam para obter lucros.

Para Silva¹² (2018), os lançados eram pessoas aventureiras e ambiciosas que se beneficiam de uma grande liberdade em relação às regras da sociedade europeia. Eram todos os cristãos novos que se instalaram nos rios e portos africanos sem devida licença régia. Nisto, havia uma contrapartida à sua integração e defesa em relação ao meio africano. Portanto, havia leis rígidas e regras a cumprir para acautelar uma convivência prolongada possível, tinham como função viabilizar encontros que culminaram em negócios, contudo, ser crioulo/mestiço era comum para estes negociantes costeiros.

Outrora representavam os interesses portugueses no negócio de tráfico humano. Eles eram representantes legais dos portugueses no ato da negociação, por conta da língua e criavam laços com nativos. Muitos se casavam com mulheres africanas e essas passaram a ser chamadas de tongamonas. Elas também tornaram grandes intermediadoras ou agentes de comércio. Este assunto será retomado no segundo capítulo que formos falar da dinâmica e relação de gênero no comercio e sobre as mulheres que movimentaram o comercio em Cacheu no período de escravidão.

Segundo Fernandes¹³ (1988), a cidade de Cacheu fica situada na margem sul do rio Cacheu, faz parte da região de Cacheu, que por sua vez se localiza na zona Norte da República da Guiné-Bissau, tendo sido limitado ao Norte pela República do Senegal, a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Leste pela região de Oio e ao Sul pelo rio Mansoa. A região representa a aproximadamente 15% de território da Guiné-Bissau e continua sendo habitada

¹² SILVA, Marley Antônia Silva Da. **Do norte da África ao norte da América Portuguesa (1755-1815). Dossiê: histórias e experiências (entre) cruzadas: sobre a escravidão, relações étnico-raciais e colonialismo** In: MNEMOSINE revista/ Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades, V. 9 N. 1. 2018.

¹³ FERNANDES, Nelson. **Cacheu, cidade antiga**. IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu- Lisboa: Minerva do Comércio, 1988

principalmente pelas etnias Felupe, Manjacos, Papéis que os próprios portugueses tinham que afrontar no século XVI.

De acordo com Fernandes (1988), a busca pelos metais preciosos em que despertaram atenção de maioria das potenciais europeias para suprir as suas necessidades e dificuldades foi desprezada por conta da outra preciosidade, “escravizados”, que gerava mais lucros. Conforme declara o autor, os portugueses sempre iam fazer comércios levando produtos manufaturados como: polvoras, armas e utensílios, com intuito de adquirir produtos locais. Assim, a partir dessa relação, a dinâmica comercial começou de pequena escala para uma escala maior.

Tudo isso deu a Portugal a vontade e motivo de ocupar definitivamente o território da Guiné. Para garantir espaço e ganhar confiança dos chefes locais, construíram-lhes paliçadas, (uma espécie de arquitetura militar) para se defender. A população africana alimentou mão de obra escravista do comércio triangular durante três séculos de muita violência. Como isso, fica clara a parceria dos chefes locais, africanos com os colonos e Cacheu teve grande participação nessa história.

Segundo Brito (1993), a instalação da administração colonial na Guiné se deu em duas fases e Cacheu teve grande importância participativa nesse processo. Essas fases ou períodos que dividiram a história da instalação de administração colonial na Guiné foram: período da segregação dos modos de produção pré-capitalista e período de integração destes, em modo de produção capitalista.

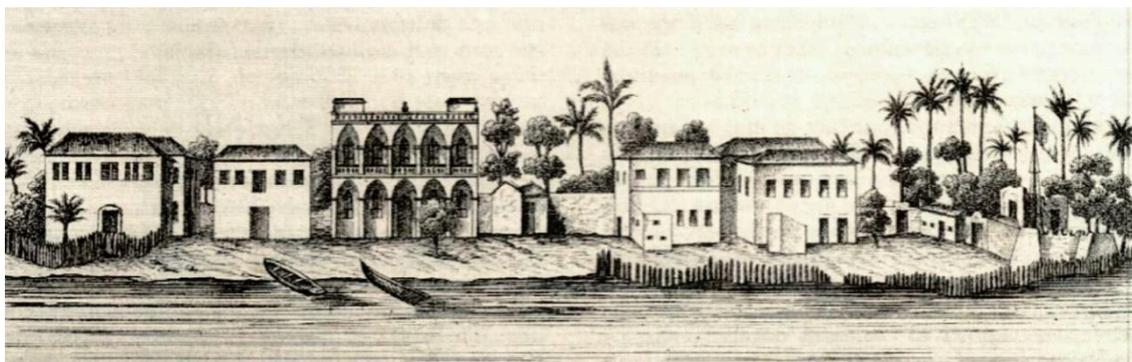
Ainda para Brito (1993), a primeira fase predominava administração dos interesses da Coroa, mas no sentido privado, onde o controle ficava sob a coordenação de um representante da coroa, arrendatário ou companhia do comércio da navegação, na qual era responsável de controlar a circulação de produtos e escravos. Conforme o mesmo autor, nesta primeira fase ainda não acontecia a dominação afetiva, ou ocupação colonial efetiva com presença militar na região da Guiné, essa fase iniciou com a povoação da Vila de Cacheu.

Conforme explicação de Esteves¹⁴ (1988), a povoação de Vila de Cacheu se deu aproximadamente em 1558, por iniciativa de Manuel Lopes Cardoso, um comerciante caboverdiano de ilha de São Tiago que estava a viver em Cacheu. Essa iniciativa foi concretizada com a autorização dos chefes locais. Para defender seus negócios contra intrusão estrangeira foi construída a “Forte de Cacheu” e fortificaram suas artilheiras por forma a

¹⁴ ESTEVES, Maria Luisa. **Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o comércio negroiro espanhol: 1640-1650** / Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné Bissau, 1988.

conter ameaças dos inimigos ingleses e franceses. Com efeito, começaram a surgir habitações, alguns comerciantes, lançados, que até ao momento ainda haviam habitado nas tabancas¹⁵. Fernandes (1993) argumenta que existiam duas vilas ou bairros em Cacheu, a dos europeus, que se designava por Vila Fria, rodeada de estacas que servia de proteção, e Vila Quente, a da população preta africana. Essa divisão entre os portugueses e os nativos evidencia, mais uma vez, que a prática de separação e segregação acompanhou, desde início, todo processo da administração colonial na Guiné.

Imagem 4: vila dos moradores de Cacheu 1558.



Fonte: https://fortalezas.org/midias/jpg_originais/00564_004842.jpg

Nessa lógica, a administração, como defesa dos interesses da Coroa, residia nas mãos de um representante capitão-mor dos contratadores, o qual coordenava e representava a coroa em todas as atividades administrativas. Brito (1993) acredita que na altura, a administração não estava bem organizada, pois sofria abusos e invasão estrangeira na Costa da Guiné. De facto, nessa primeira fase de comércio e de tráfico humano na Costa da Guiné existiam três tipos de sistemas de exploração: sistema da administração direta com a coroa, sistema da concessão de licença avulsa e sistema de arrendamento particular das áreas de exploração teoricamente definidas. Basicamente, estas eram três maneiras que a coroa encontrava para administrar as suas atividades ou seus interesses na região da Guiné e de toda Costa.

Para Brito (1993), esses sistemas de administração implementados nessa primeira fase, não passava de uma administração privada ou privatizada, pois tudo estava submetida ou dependente a um sistema político administrativo organizado pela Coroa e instalado em Cabo-Verde. Portanto, a Costa da Guiné e toda a sua região estava sob dependência de política administrativa de Cabo-Verde devido a carta de 12 de junho de 1466 que determinava que toda a parte da Costa da Guiné ficaria politicamente administrada pela Cabo-Verde, dando assim Privilégios aos Moradores de Santiago. Assim, os portugueses ali residentes foram

¹⁵ Tabanca significa aldeia ou vila, em crioulo da Guiné-Bissau

autorizados a resgatar “escravizados” nos rios da Guiné. Com efeito, o governador das ilhas de Cabo-Verde passou a usufruir, além do título de governador, também o de capitão geral das ilhas de Cabo-Verde e de distrito da Guiné em serviço da soberania portuguesa.

Como destacado, a administração não se encontrava bem organizada e sofria bastante abuso e invasões estrangeiras, nomeadamente de seus rivais comerciais. Portanto, com a intensificação do comércio nesta região, a sede da administração instalada em Cabo-Verde não estava dando conta do controle da situação da influência estrangeira, neste sentido facilitou-se mais a invasão dos inimigos na região. Nesta ótica em 1622, os governadores reivindicam necessidade de construir ou fortalecer o porto de Cacheu com o objetivo de impedir essas práticas ilícitas estrangeiras que estavam a ser praticadas pelos ingleses, franceses, castelhanos holandeses que vinham praticar comércio na região com ajuda dos lançados e com a cumplicidade de alguns chefes locais. Por outro lado, a evolução do capitalismo comercial tem sido algo muito importante neste processo, como explica Brito (1993, p. 255)

O capital comercial, devido à evolução do capitalismo mercantil, punha em causa os sistemas tradicionais de exploração de riquezas nos territórios africanos, exigindo a criação de novos e mais eficientes métodos. Daí que os países europeus economicamente mais desenvolvidos tenham adaptado novos sistemas, logo no início do século XVII. Com efeito, a Holanda, a França, a Inglaterra, começaram nessa altura a criar companhias comerciais para a exploração do comércio e do tráfego de escravos, as quais eram concedidas africanos como nos do oriente.

Com a exigência do novo sistema comercial devido a evolução do capitalismo, muda-se a forma de exploração, de acordo com Brito (1993), a Coroa portuguesa decidiu reformar a administração que coordenava a costa da Guiné, colocando fim na administração privada, que era coordenada pelos arrendatários, com o efeito, o conselho ultramarino passou a defender as suas necessidades, sendo assim substituíram administração privada por uma nova administração onde a coroa passa a ser representada pelos capitães nomeados pela régia em 1624.

Portanto com essa determinação da Coroa, nota-se a uma lastimável e verdadeira ocupação afetiva ou instalação administrativa colonial na Guiné, pois é a fase que houve uma ocupação político militar nos territórios africanos, a criação das capitânicas e construções das fortalezas. Segundo Esteves (1988), em 1641, a coroa ordenou a criação da capitania de Cacheu e a fortificação fortaleza, e nomeou Gonçalo De Gamboa Aiala capitão-mor, encarregando-lhe assim a obra de (re)construção do forte pela segunda vez, foi a primeira providência tomada pela coroa perante a sua administração autônoma, com essa autonomia

deu-se a primeira fase da ocupação política-administrativa ou dominação do território guineense.

É importante destacar que, mesmo antes da ocupação definitiva, a interferência dos portugueses na vida política local colocava discórdia no seio dos africanos, fazendo alianças a fim de garantir suas livres ações comerciais. Mesmo com a criação da capitania a prática não havia mudado, alguns aristocratas locais continuavam com suas alianças que os beneficiam e davam proteção para seus aliados europeus.

Imagem 5: Fortaleza de Cacheu.



Fonte: https://1.bp.blogspot.com/-2K1umhwqRT8/XV--mrIJ61I/AAAAAAAAAw8/xChNB0gGOdsjWnlXIs3p7iDKJ8-BA-1egCLcBGAs/s1600/69019115_2408316859406111_6468015040317358080_o.jpg

Para Brito (1993), a criação da capitania despertou atenção de alguns líderes locais, no que diz respeito ao “poder”, perceberam que os seus poderes e autonomia estavam sendo ameaçados, então começaram os conflitos com os portugueses. De acordo com explicação do mesmo autor, com a criação da capitania ficavam mais reunidas as condições necessárias para as criações das administrações privadas das companhias das navegações, e nesse período o comércio de escravos passou a ser orientado principalmente para Brasil, e era organizado pelas companhias das navegações que assumiram a responsabilidade de administrar os territórios onde operam. Com base nisso, Portugal não perdeu tempo, decidiu criar suas companhias de navegação para combater as influências estrangeiras na região, criando assim a companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné em 1676. Após o desaparecimento da primeira companhia de porto de Palmida, a criação da companhia de Cacheu tinha como objetivo a comercialização dos escravizados para o Brasil, decretada por alvará em 19 de maio por António Bezerra e Manuel Preto Baldez.

Conseqüentemente, a ação política administrativa da companhia gerou muitos conflitos entre os nativos e os portugueses. De acordo com Brito (1993), houve revolta da

população de Cacheu (Mata e Mompataz) contra o capitão-mor Antônio Bezerra em 1679, por este ter proibido os nativos de comercializarem com os estrangeiros. Essa proibição não facilitava a população que estava interessada em manter suas liberdades de comercializar e de escolher seus parceiros de negócios. Portanto em 1682 foi extinta a Companhia de Cacheu, Rios e Comércio de Guiné, a capitania passa de novo para administração direta da Coroa, nomeado assim Gaspar da Fonseca Pacheco como capitão-mor e os sócios associaram com nova companhia do Estanco, do Maranhão e do Pará, criada em 2 de fevereiro de 1688.

Os conflitos nunca pararam de surgir no seio de ambas, administração continua proibindo a interação comercial entre os africanos e os estrangeiros, essa proibição desencadeou outra revolta liderada por Bibiana Vaz contra a praça de Cacheu em 1686, revolta esta que se iniciou com a prisão do capitão mor. Em 1690, cria-se a segunda companhia de Cacheu e de Cabo-Verde, pelo alvará de 3 de janeiro, nomeando Domingos Monteiro Carvalho como capitão-mor, e a companhia tem a responsabilidade de nomear os feitores (Brito, 1993).

Pode-se notar durante o período da história, Cacheu apareceu como o ponto mais delicado ou importante da administração do território guineense, e o porto de Cacheu era parada obrigatória de embarcação e de resgate de escravizados. Depois do ataque a praça de Cacheu liderada pela Bibiana Vaz, os colonizadores portugueses começaram a pensar estrategicamente no porto de Bissau como alternativa de suas atividades, em 1687 Portugal instalou algumas autoridades e interpostos em Bissau e em 1692 criaram a capitania de Bissau sob alvará de 15 de março, nomeando assim seu primeiro capitão-mor José Pinheiro, com o efeito a capitania de Bissau passava sob dependência de Cacheu até em 1834, neste mesmo ano a capitania de Cacheu passou a ter uma nova administração privada de Companhia de Grã Pará e Maranhão, criada por Marques Pombal em 1755, por isso todo o governo político e militar passou pelas mãos de companhia de Pará e Maranhão, e essa companhia dominou o comércio dos escravizados nessa região.

Segundo Brito (1993), durante muitos anos, Guiné passou sob a dependência de administração de Cabo-Verde, houve um momento em que a coroa tentou transferir a administração política para Guiné, porque percebeu a influência estrangeira nesta área, e se fizesse essa transferência da administração com maior presença portuguesa na região seria solução dos problemas, mas essa transferência não foi feita, com isso obrigou o conselho ultramarino a ordenar que o governador de Cabo-Verde a visitasse a Guiné 3 vezes por ano durante os anos do seu mandato, e na sua ausência seria substituída pelo capitão-mor de Cacheu.

É importante destacar que nessa segunda fase, a capital comercial teria desempenhado um grande papel mundial em termos da ligação entre metrópole, Costa da Guiné e Brasil através de comércio de escravizados, porém a exportação destes mexeu-se com a estrutura econômica e política dessa região da África, pois repercutia um clima de luta entre os reis e alguns chefes africanos que estavam interessados nesse negócio e capturavam as pessoas nas guerras e as vendiam como escravos. Portanto, é importante ressaltar a participação ativa de alguns líderes locais africanos no processo de escravidão na África, pois estes eram influenciados e recebiam apoio da coroa, através das alianças que se faziam e entre outros objetivos que facilitaram a instalação da administração política, construção de fortalezas para proteção de seus negócios e bens, etc.

Os colonizadores, desde os primeiros momentos de contato com africanos, procuravam sempre usar uma estratégia política divisionista que prejudicava os africanos, ou seja, de “dividir para reinar”. Essa estratégia tinha objetivo de criar desunião, implantar ódio e discórdia entre os africanos, colocando-os uns contra os outros, mas houve resistência dos nativos com atos de revoltas e lutas.

As ações das revoltas que aconteceram contra o processo da exploração e dominação portuguesa na região mereceram observação neste trabalho investigativo. No tópico a seguir destaca-se algumas personalidades femininas que lideraram essas revoltas na qual foi enaltecida a questão do gênero, trazendo a história de três mulheres que participaram ativamente em algumas revoltas contra portugueses e também eram envolvidas diretamente no comércio e tráfico humano, mas nem sempre destacadas. Ou seja, sua participação na história política social e do comércio tem sido invisibilizada.

2.2. A RESISTÊNCIA DOS NATIVOS DE CACHEU E A DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO PERANTE A EXPLORAÇÃO PORTUGUESA

As resistências das mulheres sempre estiveram presentes no processo de escravidão. No entanto, a história da resistência de homens e mulheres em Cacheu contra a administração colonial foi pouco divulgada e conhecida. Segundo Campos¹⁶ (2012), a primeira revolta ou ataque dos manjacos contra a praça de Cacheu foi em 1590, uma guerra que durou três dias

¹⁶ CAMPOS, Américo. **História da guiné-bissau em datas**. 2012.

causando morte de muitos negros. No ano 1646 a praça de Cacheu foi atacada pela segunda vez pelos habitantes de Cacheu, mas travada pelo capitão-mor. As batalhas não pararam por aqui, pois em 1679 o povo de tabanca de Mata e Monmpataz atacaram a praça de Cacheu com motivo de proibir o comércio com os estrangeiros. Fazia parte do mesmo objetivo, a revolta de 1686 liderada por Bibiana Vaz que resultou na prisão do capitão-mor devido a abusos que cometia. Em 1825 o povo de Cancanda atacou a praça de Cacheu, em outubro e dezembro do mesmo ano o episódio mexeu com Freguezia de Cacheu como uma sede forte de estrutura colonial. Foram séries de ataques contra a praça de Cacheu.

Outro ataque aconteceu em 1861 quando as tabancas de Churo, Cacanda, Pecaú, e Mata declararam guerra contra praça de Cacheu, mas foram repelidos pelas forças portuguesas, isto sem esquecer da expedição militar que Honório Pereira Barreto, o então governador colonial da Guiné, ordenou contra o povo de Cacanda devido à ameaça que este fazia contra a povoação de praça de Cacheu em 1856. O episódio maior dos ataques foi de 1871, onde os grumetes de Cacheu fizeram uma emboscada e mataram o governador colonial Álvaro Teles Caldeira que estava de visita. A situação era incontrolável, já que tropas da Praia (Cabo Verde) embarcaram em fevereiro daquele ano em canhoneiras e vieram para combater a tabanca de Cacanda, aliada dos grumetes. As tropas atacaram, em março, a Cacanda, além de Bassarel, Bianga e Churo e o conflito encerrou-se em agosto.¹⁷

Uma questão que é pouco destacada ao longo da história de comércio e de tráfico humano na Guiné-Bissau foi justamente a resistência e o papel desempenhada ativamente pelas mulheres no processo da colonização, especificamente na ocupação da região da Costa da Guiné. A participação das mulheres é pouco destacada principalmente nas sociedades cujas estruturas patriarcais, como é o caso da Guiné-Bissau. As mulheres estiveram presentes, lutando e liderando seus negócios, ao mesmo tempo resistindo ao lado dos homens no processo de exploração da Costa Ocidental da África, mas poucas vezes foram destacadas e enaltecidas, pouquíssimas delas tiveram reconhecimento igual aos homens.

Porém, na história de Cacheu havia mulheres corajosas que se destacaram tanto socialmente como economicamente e enfrentaram os portugueses, liderando seus negócios mercantilistas. Apesar disso, neste estudo, optamos por trazer experiência das três mulheres guineenses, as que tiverem participações fortemente registadas, nesse processo de comércio transatlântico escravocrata. Entre elas destacam-se: Crispina Peres, Bibiana Vaz e Rosa de Carvalho Alvarenga.

¹⁷ [HISTÓRIA DA GUINÉ: GUERRAS 1853/05/02-1871/08/22 \(aguine.blogspot.com\)](https://www.blogger.com/blogspot.com) acessado em 04/07/2022

Segundo Santos (2021), Crispina Peres nasceu em Guiné no ano 1615 concretamente em Geba, filha dos pais comerciantes, com 9 anos de idade mudou-se para Cacheu com a sua família em 1624 por estratégia comercial, assim ela aprendeu a arte de comercializar com a sua mãe durante a sua adolescência fazia parte duma linhagem de mulheres comerciantes da região do rio de São Domingos, pertencia a geração das primeiras mulheres de Cacheu que se casaram com comerciantes estrangeiros.

Em Cacheu e povoados vizinhos, várias mulheres comerciantes casaram-se com os europeus por motivos de ascendência e pertencimento a sociedade estratificada, assim aproveitaram as oportunidades oferecidas pelo comércio atlântico e relações com os homens europeus para negociar suas posições sociais e econômica, e controlar seus negócios (Santos, 2021, p.76).

Segundo Santos¹⁸ (2021), em 1630-1635 Crispina casou-se com um comerciante de escravos capitão Francisco Nunes De Andrade, pai dos seus três filhos, após o falecimento do seu marido ela casou-se de novo em 1655 com Jorge Gonçalves Francês, um “filho da terra” e teve apenas uma filha com ele, que infelizmente faleceu ainda criancinha.

Por motivo de doença, o seu marido se encontrava incapacitado e acamado por muito tempo, isso levou a Crispina assumir os negócios da família, lembrando que ela e os filhos herdaram a propriedade do seu primeiro marido que falecera. Além disso, ela herdou a propriedade que os seus pais haviam deixado, ou seja, ela já era uma mulher bem-sucedida em termos econômicos e social, porém a sua união com Jorge, que também era um comerciante de grande prestígio na região, fez de Crispina uma das mais poderosa comerciante nascida em Cacheu.

Santos (2021), afirma que Crispina era alvo de perseguições por parte dos portugueses, foi vítima de várias acusações e denúncias à inquisição portuguesa por parte dos moradores, foi acusada de feitiçaria, por ter praticado a religião e costumes locais e não praticavam o catolicismo, acusaram-na de ter piorado a doença do marido com ervas de feitiço com o objetivo de herdar o negócio da família. Ela foi acusada de estar por trás da morte da sua própria filha e por várias outras acusações, apesar de não ser a única vítima das acusações, mas foi a única pessoa presa pela autoridade Colonial.

Conforme explicação de Santos (2021), Crispina Peres negou as acusações e foi brutalmente torturada pelas autoridades coloniais e acabou confessando que sim, praticava a religião local de seus ancestrais assim como toda atividade de hábitos e costumes que lhe pertenciam. Todas as acusações contra a Crispina não passavam de uma inveja motivada pela

¹⁸ SANTOS, Vanicléia Silva. **Mulheres africanas nas redes dos agentes da inquisição de Lisboa: o caso de Crispina Peres em Cacheu século XVII.** In: Dossiê tribunal do santo ofício português, 200 anos após extinção: História e Historiografia. Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista, v. 20, n.1 p 67-95, jan.-jun 2021

concorrência comercial, pois os comerciantes concorrentes do mesmo mercado inventaram algumas narrativas acusatórias contra Crispina dizendo que ela teria conseguido toda sua riqueza, devido uma “Cobra” de feitiço que teria herdado do seu pai. Por essas acusações, Crispina foi condenada e teve seus bens e propriedades detidas.

Santos (2021) afirma que, diante de todas as acusações, Crispina procurou se informar com alguém que tem conhecimento no direito português para poder preparar sua defesa e fez uma declaração em um documento escrito em 29 de janeiro de 1665, onde declarou que foi acusada por ser “uma mulher”. Provavelmente, o negócio que ela fazia com vários povos negros inter-regionais não contentava os comerciantes europeus, talvez, a grandeza do seu negócio causara grande incômodo aos seus concorrentes da região, porém tinha vínculo comercial com a população africana e com uma parcela de comerciantes europeus.

Santos (2021), O que é certo, Crispina deparava com inimigos do seu marido, os quais ele resolveu expor um por um, citando-os pelos nomes. Entretanto, as autoridades inquisidoras de Lisboa mandaram apurar os fatos de toda acusação em Cacheu em janeiro de 1664, sete meses depois ela foi condenada à prisão. Durante a sua defesa, ela conectou o motivo pelo qual os moradores de Cacheu moveram uma denúncia contra ela ao seu marido.

Segundo Crispina Peres, o capitão-mor Antônio da Fonseca Dornelas se tornou inimigo de Jorge Gonçalves, porque este não lhe dava fazendas e “regales”, ou seja, gratificações pelas mercadorias vendidas no porto de Cacheu. Assim Dornelas e seu sobrinho, maliciosamente, se ofereceram como testemunhas retificastes do comissário do Santo Ofício. (...) Ao assumir este encargo, Dornelas e o sobrinho tinham que informar ao comissário sobre o grau da proximidade de cada testemunha com as pessoas denunciadas. Assim depois que a testemunha fazia os juramentos e se retirava do ambiente da inquirição, Dornelas e o sobrinho atestavam se a pessoa falava verdade. Como era de se esperar ambos “retificaram”, isto é, desqualificaram e negam os testemunhos de todas as pessoas que defenderam Crispina Peres e Jorge Gonçalves Francês (Santos, 2021, p. 85).

No caso do testemunho de Ambrósio Gomes, Crispina disse que o seu marido era capitão-mor e chegou a prender Ambrósio Gomes. Por esse feito, se tornaram inimigos rivais e tiveram muitas brigas. Salienta-se que Jorge Gonçalves foi nomeado como filho da terra no processo inquisitorial e Ambrósio foi designada filho da Guiné, ambos nasceram em Cacheu, Ambrósio Gomes foi um dos mais ricos comerciante da praça de Cacheu, e marido da Bibiana Vaz, sobre qual falaremos mais adiante. Outros testemunhos sobre os irmãos Vicente Roiz Duarte e João Roiz Duarte, Crispina alega que a sua inimizade com o marido era motivada por causa de disputa comercial, observa (Santos, 2021).

A lista dos inimigos do Casal foi extensa e acabou não sendo detalhada por Santos (2021), que recorda que a prisão de Crispina em janeiro de 1665, teria mobilizado 12 mil

homens que ameaçaram incendiar a vila de Cacheu. O mais triste nesse episódio foi o fato de o marido de Crispina não ter conseguido protegê-la, por ela ser conhecida por toda Guiné e ter grandes redes de contatos comerciais com os nativos locais. Mesmo assim, a sua prisão gerou grande revolta, porque ela era considerada a mais poderosa de todas, o que obrigará os portugueses a redobrar seguranças por medo de ataques e rebeliões. Essa situação afetou várias pessoas que trabalhavam com ela tendo quebrado a dinâmica transatlântica.

De acordo com Santos (2021), a prisão de Crispina durou 3 anos, de 1665-1668, em inquisição de Lisboa. Na prisão, ela sofreu a tortura que lhe deixou doente e em março de 1668 foi declarada culpada e foi obrigada a pagar a despesa do processo do julgamento desde o início da sua prisão. Após cumprir a sentença embarcou, regressou a Cacheu e encontrou o seu marido mais adoecido que acabou falecendo pouco tempo depois.

O episódio de revolta de Crispina Peres não foi a única história da ocupação da região, pois Cacheu assistiu um outro cenário arquitetado por uma mulher chamada Bibiana Vaz que também liderou uma revolta contra os portugueses na época 1686. Segundo Havik (2002), Bibiana Vaz de França, conhecida como (Ñ Bibiana) foi guineense por nascimento no século XVII, filha de pai cabo-verdiano e de mãe guineense, membro de uma família dominante de mercantilista em Cacheu. A criação da companhia de Cacheu em 1676 cuja finalidade era controlar todo comércio lucrativo na região, proibia a comunidade mercantilista local de fazer qualquer atividade com os estrangeiros.

Havik¹⁹ (2002), o principal motivo de protestos e revoltas foi a proibição e a liberdade do comércio transatlântico. Bibiana era casada com Ambrósio Gomes, citado na trajetória de Crispina Peres. Ambrósio Gomes era um comerciante de escravizados rico que já tinha sido capitão-mor de Cacheu. Ele e o seu filho, Lourenço, eram considerados negros mais civilizados no país. Após a morte do seu marido Ambrósio Gomes em 1679, Bibiana assumiu o controle de negócio do seu marido, nisto com a aplicação de nova regra de proibição de comércio, fez-lhe entrar em disputa com o comandante militar, José de oliveira, por descumprir a regra que proibia o comércio com estrangeiros como ingleses, franceses e holandeses, o que foi recusada pela comunidade mercantilista africana.

De acordo com Havik (2002), a Bibiana e o seu irmão Ambrósio Vaz, junto com o seu primo Francisco, arquitetaram uma emboscada e prenderam o comandante militar José de oliveira quando ele voltava de celebração de missa em hospício Católico local, em 25 de

¹⁹ HAVIC, Philip J. **A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau dos séculos XVII e XIX.** In: revista Afro-Ásia, 27 (2002), 79-120.

março de 1684, foi algemado e humilhado perante a comunidade africana local e declarado culpado pelo abuso de poder, depois foi aprisionado durante um ano no porão da sua casa em Farim. Segundo o mesmo autor, os relatos apontam a Bibiana como mandante ou dirigente de conspiração, porém todas as organizações dos comerciantes locais tiveram lugar na sua casa e foi ela que recebeu os assessores do comandante na sua casa para conversar.

De acordo com Havik (2002), Bibiana foi a mais respeitada anciã do clã, mas não desempenha nenhuma função administrativa, pois não sabia escrever, entretanto ao invés de ser uma pessoa insignificante que ficava nos bastidores como muitas de suas conterrâneas, pela sua vasta clientela e enquanto africana, ela desempenhou um papel muito importante nos acontecimentos históricos. Assim, essa revolta que culminou com a prisão do comandante, demonstrou o tamanho do conflito entre os portugueses que defendiam seus interesses contra os comerciantes locais. O comandante preso não era apenas um simples comandante militar, mas sim o diretor do monopólio da coroa portuguesa representada pela companhia comercial. Com efeito, os portugueses revoltados declararam as seguintes ordens que proibiam negociar com os “gentios”:

1. não admitir capitão desse Reino, nem destas Ilhas [de Cabo Verde], sem primeiro dar conta a Vossa Majestade, e esperar que saia ‘resolução’;
2. nenhum português negociará com os gentios, mas só com os moradores da praça com pena do perdimento das fazendas;
3. não queriam nem haviam de aceitar como não aceitaram o contrato da Companhia, instituído por especiais ordens da VM, nem tão pouco admitir na praça, nem ainda como particulares, os administradores della. (Havik, 2002, p. 92)

De acordo com o mesmo autor, no dia seguinte após a ordem ser decretada, Ambrósio Vaz, o irmão da Bibiana, com algumas pessoas prenderam os bens do comandante mais a propriedade da companhia, mas quando a notícia chegou a Portugal, causou grande impacto e preocupações com medo de perder o principal porto de comércio de escravizados na Costa Ocidental. Nessa altura, a negociação com os estrangeiros ganhou força, o que enfraquecia o comércio afro atlântico português, porque Bibiana estava a estragar os planos dos portugueses na região. Ela teve uma boa parceria com seu irmão, o que a tornou mais forte e influente nas regiões da Costa.

De acordo com Havik (2002), a Bibiana foi acusada de comercializar livremente com os africanos e outros europeus, como os ingleses, franceses e holandeses, especialmente na calada da noite, sem recolher qualquer imposto aos cofres de Cacheu. São argumentos usados pela sindicância para declarar prisão contra ela. Foi presa e submetida ao julgamento e os sindicantes acrescentaram que o seu irmão e o seu primo também deveriam ser presos. Além

disso, os sindicantes afirmaram que a Bibiana deveria ser julgada em Cabo-Verde com o intuito de remover “Gã²⁰” Vaz do poder, porém, quando ela foi presa o seu primo escondeu toda a sua riqueza, pois só os seus escravos poderiam ser confiscados. Ao longo da sua prisão em Cabo-Verde, ela afirmou que levá-la para Portugal para ser julgada, não só a mataria, velha e doente como estava, atacada pela malária, mas que sua contínua ausência da Guiné poderia levá-la a perder, para seus rivais, todas as suas posses.

Segundo a explicação do Havik (2002), em Cabo-Verde, Bibiana conseguiu apoio dos mais ricos comerciantes que lhe garantiram o sustento e a segurança enquanto estava presa. Ela foi concedida o perdão real após de ter pago indenização referente às perdas sofridas pela Coroa. Depois regressou à Guiné e moveu uma campanha para libertar o seu irmão que também tinha sido preso. O poder comercial dessa família era extremamente influente na região, o que levou os portugueses a optarem em fazer parceria com a Bibiana que por sua vez prometeu construir uma fortaleza de pedra em Bolor, defronte a Cacheu, na barra do mesmo rio, numa posição estratégica que controlava o acesso ao rio. Mas ela somente o fazia em troca do perdão pela libertação do seu irmão e primo. No final, seu irmão e seu primo receberam o perdão real e foram libertos.

A trajetória de Rosa de Carvalho Alvarenga também nos ajuda a compreender a relação e o envolvimento de mulheres no comércio afro-atlântico, numa parceria entre mãe e filho. Segundo Havik (2002):

Os dados biográficos sobre ela assim como da Bibiana são escassos, mas tudo indica que Rosa nasceu nos finais do século XVIII, provavelmente que faleceu em meados de 1850, em termos de status social, Rosa de Carvalho Alvarenga, também chamada de Dona Rosa de Cacheu ou, mais afetuosamente, de Ñã²¹ Rosa, ela é descendente do mais preeminente gan do presídio de Ziguinchor. A sua família é associada com administração e comércio. Ela é filha de Manuel de Carvalho Alvarenga, originário de Cabo-Verde, era o comandante de Ziguinchor na virada para o século XVIII, também ele comerciava escravos, cera de abelha, arroz, sal e marfim, e fazia trocas por ferro, armas, pólvora e aguardente. Na linha feminina, a autoridade do clã estava baseada em laços de parentesco e clientelismo com as comunidades Bañum/Kasanga e Felupe/Djola, que habitavam a região de Casamance. Estes eram, respectivamente, os principais fornecedores de escravos, cera de abelha e arroz da região (Havik, 2002, p. 99).

De acordo com Lopes (2016), Rosa era casada com João Pereira Barreto, um oficial militar cabo-verdiano. Barreto era filho de um padre caboverdiano e uma escrava guineense, provavelmente de origem Felupe, comandante dos postos nas administrações de Ziguinchor e Cacheu, estabeleceu rede de relações de patronagem com as comunidades africanas vizinhas,

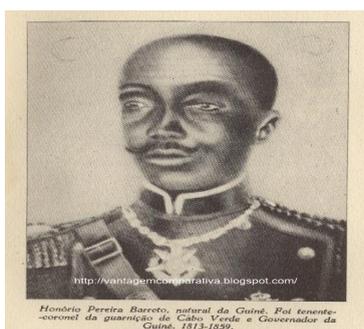
²⁰ Gã significa linhagem familiar em Guiné.

²¹ “Ñã” é forma que dizer senhora ou dona em crioulo da Guiné Bissau.

incluindo a dos Felupe/Djola e Pepel. João Pereira Barreto faleceu em 1829 e Dona Rosa de Cacheu ficou Viúva. Segundo Havic (2002), quando o marido da Rosa morreu, deixou terras na Guiné, Cabo Verde e Brasil, além de uma casa em Lisboa para sua esposa Rosa, que veio a se tornar a mais poderosa comerciante nas regiões de Cacheu e Ziguinchor.

Lopes, (2016) afirma que a Rosa possui um filho com o João Barreto, de Nome Honório Pereira Barreto, que nasceu em Cacheu em 1813, mas cresceu em Portugal, tendo ali feito todo o seu percurso educacional, mas que por fim teve de regressar ao país (Guiné) devido o falecimento do seu pai em 1829, para se encarregar do negócio da família junto com a sua mãe. Segundo Ribeiro (1988), O Honório Pereira Barreto, iniciou a sua Carreira na administração política da Guiné como provedor de concelho de Cacheu, tendo sido o primeiro e único negro da Guiné nomeado pela administração central da metrópole ao cargo de Governador entre os anos de 1852-1854.

Imagem 6. Hónorio Pereira Barreto - primeiro Governador da Guiné, e grande comerciante de escravos.



Fonte: <http://hispanismo.org/portugal/24504-grandes-portugueses.html> Acesso em: 10/07/2022

Para Havic (2002), os elementos centrais para indicar o estado das relações de poder na época foram o envolvimento de dona Rosa na produção agrícola para exportação de Guiné à Cabo-Verde, a sua influência sobre os governantes africanos e comunidades kriston²², o seu papel de mediadora de conflitos; o seu pedido para obter a custódia legal de seus dois filhos; a meteórica carreira de seu filho na administração do entreposto e finalmente o seu envolvimento e do filho no tráfico humano. Ela tinha uma ponta em posição de leão, a fazenda onde empregava a maioria dos seus escravizados para o cultivo de arroz. Por ser uma mulher rica, tinha uma grande influência nas comunidades locais, com efeito os suas operações iam além da Guiné e se estendiam à ilha de Santiago, Arquipélago de Cabo-Verde que, afinal de contas, era terra natal da linha masculina de sua ascendência.

²² A palavra kriston significa cristão em língua crioulo da Guiné Bissau.

Dona Rosa negociava não só diretamente os escravos com arroz e cera de abelha, como também fazia troca de mercadorias tais como os panos de algodão, chamados, produzidos nas ilhas, além de tabaco e pólvora, que circulavam como moeda de troca local. Ela teve esse privilégio político não apenas devido às posições que o seu marido e seu filho ocupavam na administração da Região mas também por ela ser uma mediadora de conflitos entre portugueses e africanos. Eliminou a proibição de livre comércio na região, porque sabia que sairia beneficiada nisso por dois lados, de apaziguamento de conflitos (HAVIC, 2002). Segundo este autor, alguns aspetos que liga mãe e filho no tráfico humano foram omitidos pela historiografia oficial:

(...) alguns dos aspectos menos palatáveis por exemplo, aqueles associados ao tráfico de escravos, que eram regulados nos tratados entre as nações europeias da época da Conferência de Viena foram convenientemente omitidos pela historiografia oficial. Os acordos de mãe e filho como comerciantes (de escravos) privados foram completamente obscurecidos por sua carreira política. A evidência de que eram traficantes está contida nos relatórios da comissão anglo-portuguesa encarregada de supervisionar o cumprimento dos tratados que visavam abolir a exportação de escravos da África Ocidental. Eles demonstraram que, a despeito de Honório Pereira Barreto, no final de sua carreira, ter tomado medidas favorecendo a alforria e abolição do tráfico de escravos, ele e a sua mãe tinham traficado escravos em Cacheu nos anos 1830 e ainda na década seguinte. Documentos mostram que a escuna capturada pelas autoridades inglesas, que transportava escravos para as Bahamas, era de propriedade de Ña Rosa, e que a maioria dos escravos estava registrada em seu nome e em nome de seu filho. Na verdade, ela tinha deixado instruções escritas para o comandante do navio sobre do que fazer com sua carga. Uma vez que os escravos foram embarcados na calada da noite, e consignados a um traficante privado (norte-americano) operando na costa, a tentativa de enganar os oficiais britânicos tornou-se clara. (Havic, 2002, p. 108-109).

De acordo com o mesmo autor, Alvarenga-Barreto era a maior proprietário de escravos na área, nos meados dos anos 1850, durante primeira metade do século XIX, portanto os dois clãs controlavam mais de um terço de todos os escravos de Ziguinchor e Cacheu, e com a morte da mãe dona Rosa todo prestígio passou para o filho. A lógica das relações transaarianas influenciou também no crescimento econômico dos territórios brasileiros dado momento em que as pessoas africanas escravizadas eram uns dos alicerces da economia brasileira.

Conforme Ribeiro²³ (2005), o Brasil foi o país de América que mais importou escravos durante o período do tráfico negreiro. Para ele, Rio de Janeiro e Salvador eram duas cidades de

²³ RIBEIRO, Alexandre Vieira. **O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830**. Rio de Janeiro março de 2005

maior concentração dos africanos escravizados, chegaram a absorver até 1/3 das pessoas cativos

importadas como mercadorias para o continente americano, tudo vindos da África. O autor explica que nas máérias, o comércio humano, na época, tornou-se em principal atividade mercantilista, representando, assim, o instrumento essencial para o rendimento de capital.

Nessa ordem de idéias, Gomes da Silva (2009) afirma que essas ligações sociopolíticas e mercantis ganharam forças com a criação de Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, considerado o estabelecimento de rotas que os portugueses monopolizavam na região de Sene Gâmbia para o nordeste açucareiro. Porém, o porto de Cacheu e de Bissau tiveram um grande papel nessa história, pois serviam de pontos de concentrações de cativos a serem exportados e desembarcavam os produtos que eram denominados de mercadorias para comércio de escravos, tais como tecido, pólvoras, armas de fogo e outros, afim de fazer a troca por cativos.

3. AS DINÂMICAS DA ESCRAVIDÃO TRANSATLÂNTICO: ROTAS, COMPANHIA E COMERCIALIZAÇÃO

O presente esboço reúne dados bibliográficos sobre a dinâmica de tráfico de escravos na costa africana, especificamente Bissau e Cacheu para as américas (Brasil) envolvendo a criação da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão, seus objetivos e suas dinâmicas de comercialização.

3.1. COMPANHIA GERAL DO GRÃO PARÁ E MARANHÃO E A DINÂMICA DE TRÁFICO DE ESCRAVOS NA COSTA DA GUINÉ ENTRE PORTOS E NAVIOS

O processo de escravidão transatlântico e seus reflexos impactaram na construção da identidade brasileira e na ressignificação das identidades dos africanos escravizados. Conforme Ribeiro (2005), o Brasil foi o país das Américas que mais importou escravos durante o período do tráfico negreiro, sendo Rio de Janeiro e Salvador cidades com maior concentração dos cativos africanos, chegava-se a observar até 1/3 de cativos africanos importados para o continente americano vindos da África.

Segundo o autor, nas Américas, o comércio de escravos tornou-se a principal atividade mercantilista, representando o instrumento essencial de reprodução física dos escravos africanos, o que se tornou um negócio importante no rendimento de capital.

Carreira (1968), por sua vez, afirma que a Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão foi criada em 7 de junho 1755 a 1778, por Marquês de Pombal, no reinado de Dom José I, para além dessa companhia existiam outras companhias, que faziam mesmo trajeto e desempenhavam mesma função. Ressalta-se que um dos principais objetivos era obter e vender escravizados africanos numa escala grande, incentivando assim o comércio triangular, entre África, Brasil e Europa, neste caso, muitos africanos foram trazidos forçosamente através dessa corrente escravista especificamente do porto de Cacheu a São Luís Maranhão. Para Caldeira (2016), essa companhia foi criada com o intuito de melhorar a economia do Brasil, principalmente no nordeste, Grão Pará e Maranhão, através de mão de obra escravocrata na atividade de agricultura, comércio e indústria. Maranhão era um

território muito fértil, mas menos produzido por falta de mão de obra local, conforme Carreira (1968)

Na opinião generalizada no Pará e no Maranhão, não era viável o desenvolvimento da agricultura e da indústria apenas com os recursos locais em mão-de-obra. Tornava-se preciso formar a Companhia para fazer a compra e o transportes de escravos africanos. Não se podia contar com os índios para trabalhos regulares e intensivos. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendencia era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos (Carreira, 1968, p. 32)

Essa decisão de compra dos escravos africanos veio da ideia de que os africanos eram fortes capazes de exercer ou aguentar qualquer trabalho forçado, fornecendo assim a mão de obra escravista nas lavouras, nas plantações de cana de açúcar etc., para o desenvolvimento da região sem nenhum pagamento. É importante destacar, aqui, o importante papel do Marquês de Pombal na criação da Companhia Geral de Grão Pará e Maranhão, que segundo Bragança (2008), a sua administração representou um avanço ou estratégia para o crescimento econômico do nordeste, porém, o desenvolvimento da economia nordestina continua estagnado devido a falta de mão de obra indígena. Isto porque, o decreto real proibiu a escravização dos nativos locais (índios), por isso a solução era a inserção de cativos africanos na região para o efeito de mão de obra. Como observa Martins (2015):

As instruções são claras: o indígena não pode ser mais tratado como escravo, e deve ser regularmente pago pelos seus serviços prestados aos colonos. Contudo, o rei, no sétimo item das instruções, para o que seria a solução para resolver dois problemas: a proibição do cativo ao nativo e a falta de mão de obra evidente na região: os colonos deveriam servir-se de escravos africanos. (Martins, 2015 p.102).

Com este empreendimento que o Marquês do Pombal se atraiu, na opinião de Carreira (1968), tudo começou quando o Capitão-general do Pará e do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recebeu reivindicações dos lavradores, por má atuação da companhia, de altos preços de escravos e séries de outros problemas que os lavradores estavam deparando com a companhia, por sua vez decidiu-se pôr ao seu irmão e a Lisboa a par da situação, através duma carta, onde detalhou toda a preocupação e reforçou a importância de criação de nova companhia com o objetivo de inserção dos escravos africanos para estas região para o desenvolvimento da agricultura etc., portanto, precisam criar a Companhia para poderem comprar navios de transportes dos escravizados africanos.

De acordo com o mesmo autor, era preciso dinheiro para este tipo de empreendimento, que não foi o caso dos lavradores de Maranhão que só conseguiam 32 cruzados, um valor insignificante para compra de navio, mas conseguiram com a aprovação do Pombal e com

colaboração de homens de negócios de praça de Lisboa para completar o dinheiro necessário para adquirir o navio adequado para seus empreendimentos. Com a aprovação do Marquês do Pombal em 7 de junho de 1775, conseguiu-se a tão desejada companhia. Por meio do alvará régio, a companhia foi concedida os privilégios de extensão de benefícios e monopólios. Apesar disso, houve muitos protestos à volta da decisão por parte de outras companhias que atuavam na mesma região, mesmo sabendo das amplitudes do poder que o Rei delega em mãos do seu primeiro-ministro (Marquês do Pombal), que era violento para com os punidos.

Portanto, uma parte da Guiné-Bissau sempre esteve no maranhão, conforme afirma Reinaldo Dos Santo Barroso Junior, no seu estudo intitulado “Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)”. Neste estudo, Barroso fala da presença da Guiné-Bissau no Maranhão, através de rede de comércio negreiro atlântico, em que Bissau e Cacheu fizeram parte do quadro de fornecimento de mão de obra escravista:

Em conversa com os antropólogos Mundicarmo e Sérgio Ferreti mencionaram que num vídeo de Glória Moura sobre quilombos de Santa Rosa e Itapecuru, interior do Maranhão, aparece uma mãe-de-santo falando de um tempo passado “dos cambindas e bijagos”. Todas estas designações remetem ao espaço territorial da África Ocidental, especificamente à Alta-Guiné, com o qual o Maranhão mantinha contato através do tráfico de escravos durante a segunda metade do século XVIII. Neste momento dos setecentos, o contato foi primeiramente mantido pela companhia de comércio monopolista que dominava as capitanias do Maranhão e Grão-Pará – território norte da América Portuguesa, e parte da África Ocidental, sobretudo, os portos de Cacheu e Bissau onde eram embarcados escravos dessas denominações. Posterior a falência da Companhia de Comércio, surgiu um contrato particular denominado de Contrato de Cacheu, novamente, sacramentando a relação entre o a costa da Alta-Guiné e a capitania do Maranhão. (Barroso Junior, 2009, p. 15-16).

Portanto, houve uma dinâmica muito intensa nesse processo do comércio, das rotas e das embarcações dos escravizados. De modo geral, abordar a dinâmica do tráfico humano na costa de Guiné, realizada pela companhia Geral de Grão Pará e Maranhão, é imprescindível ressaltar que, essa Companhia tinha instituído as suas estruturas e formas de administração. Segundo Santos e Rebocho (2014), para o efeito, foram nomeados um provedor, um secretário, 8 deputados e entre estes seriam escolhidos um vice-provedor e um substituto “ o que dava capacidade à Junta de Lisboa para eleger os oficiais necessários para seu bom governo e para serem criadas direcções e administrações no Porto, Maranhão, Pará, Cabo Verde, Cacheu, Bissau e Angola. Os estatutos referiam administradores, feitores e caixeiros que serviam a dita Companhia em qualquer dos portos ultramarinos” (Santos e Rebocho, 2014 p. 9). Para já, a Companhia usufruiu de muitos privilégios conforme descreveram os mesmos autores:

Para facilitar sua atuação, foi-lhe garantido usufruir de grande série de privilégios, dentre os quais: exclusividade para o comércio de escravizados africanos no Grão-Pará e Maranhão; dispor da frota naval da Armada Real, para lhe fazer escolta contra eventuais ataques piratas; reconhecimento que seus funcionários estavam, oficialmente, ao serviço de ElRei de Portugal; prioridade nas alfândegas; foro especial para suas causas. Além disto, detinha ela não só o privilégio da exclusividade da navegação, como também do comércio e do fornecimento da escravatura em toda a região em que atuava; isto tudo concedido por um período de vinte anos, contados a partir da expedição da primeira frota. (Santos e Rebocho, 2014 p. 9)

De acordo com os autores Santos e Rebocho, (2014), Carreira (1968), posteriormente estes privilégios vieram se aumentando através do alvará secreto de 28 de novembro 1757, onde a Companhia tinha direito de comercializar com exclusividade, tirando os escravizados africanos e produtos de diferentes gêneros alimentícios, a famosa “droga de sertão” e comercializavam cana de açúcar, tabaco, café, panos de algodão de Cabo-Verde etc., sem pagar impostos e taxas alfandegários. Portanto, estes privilégios levavam a companhia a dominar o comércio e a ter o monopólio que controlava o comércio da região desta Ilha de Cabo-Verde e suas anexas, da Costa da Guiné até Cabo das Palmas, exclusivamente, a cerca de 20 anos conforme previsto no seu estatuto de criação, entre os portos de Cabo-Verde, Cacheu, Bissau, Costa de Minas, Norte do Brasil, Açores e Madeira. Este alvará, de uma maneira acabou influenciando os negócios da Companhia e facilitou a sua expansão, exemplo da criação duma outra empresa que é a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba por alvará de julho de 1759.

De acordo com o teórico Assunção (2010), já haviam sido escravizados africanos em São Luís e Maranhão antes das atividades da CGGPM, isto porque já haviam outras companhias que faziam a mesma atividade, como por exemplo, a companhia dos Jesuítas.

Segundo Carreira (1968), os primeiros navios que a companhia mandou para o Brasil foram em 1756, o SÃO JOSÉ, saindo de Cacheu para Pará carregado de 94 escravizados, e outro navio que é N. S.^a da Conceição, partiu de Angola para o Maranhão levando 348 escravizados. No ano seguinte, 1757, foram enviados três navios, o S. ANTONIO de Cacheu com 154 escravizados e São Sebastião de Bissau com 199 escravizados, ambos com destino a Maranhão, os outros dois navios saindo de Angola, o SANTANA e S. JOAQUIM levando 508 escravizados para o Pará. Assim, a partir de 1758 aumentou-se o volume das cargas dos africanos escravizados e aumentaram os números dos navios, conforme consta na tabela:

Tabela 1. Número de escravizados

ESCRAVIZADOS INSERIDOS EM PARÁ E MARANHÃO EM 1758	
NAVIOS/ PORTOS	NUMÉROS
SANTO ANTÓNIO de CACHEU para o PARÁ	154
SÃO JOSÉ de CACHEU (via Bissau) para o PARÁ	188
NOSSA SENHORA DE ESPERAÇÃ de CACHEU para o MARANHÃO	160
SÃO SEBASTIÃO de BISSAU para o MARÃO	178
NOSSA SENHORA de ATALIA de ANGOLA para o PARÁ	490
SÃO LUÍS de ANGOLA para o MARANHÃO	500
TOTAL	1670

Fonte: António Carreira 1968.

Ainda com o mesmo autor, é imprescindível ressaltar que, para alcançar o ganho maior, a companhia estabeleceu bases na costa da África com as suas administrações em ilhas de Cabo-Verde, Bissau, Cacheu, Angola, Benguela, que difundiam até o Pará e Maranhão, além de comercializar com as ilhas de Madeira, Açores, S. Miguel, Sta. Maria e o extremo oriente em 1770, com autorização para Bahia e Rio de Janeiro, lembrando que o alvará de 5 de janeiro de 1759 permitiu que a companhia pudesse fazer o comércio com Costa de Mina, mas infelizmente não encontramos documentos que tratam das negociações e nem venda dos escravizados. Com relação à “carregação” compra e local de embarque durante o período em que a companhia vigorou. Segundo Carreira (1968):

Tabela 2: Dinâmica e trajetória de tráfico de escravos de alguns países de África para Maranhão

PAÍS/LOCAL DE COMPRA	PORTOS/LOCAL DE EMBARQUE	DESTINO	VIAS
Guiné	Bissau e Cacheu	Pará e Maranhão, Cabo Verde	Direto
Serra Leoa		(com escala em Bissau) Nordeste brasileiro	Via Bissau (nunca diretamente)

Cabo Verde		Pará e Maranhão	Via Cacheu ou Bissau
Reinos de Angola e Luanda e de Benguela		Pará e Maranhão, Numa última fase para Rio de Janeiro	Direto
São Tomé		Bahia (uma única vez)	Direto

Fonte: Elaboração própria

Carreira (1968), ainda conta que, de acordo com os documentos existentes no arquivos históricos ultramarinos, de 1757 a 1772 foram 9001 escravizados transportados pela Companhia para o Pará e de 1775 a 1777 foram transportados 25.365 escravos para os dois estados, sendo 9229 saíram de Bissau, 8362 de Cacheu e 7774 de Angola. É importante frisar que, não só de Angola, Bissau e Cacheu é que as compras eram feitas para região do Pará e Maranhão, como também de Serra Leoa, Benguela e Cabo-verde, embora com os números reduzidos em relação a outros lugares, em termos de volume.

Para Caldeira (2016), evidentemente, o número dos africanos inseridos no Estado de Grão-Pará e Maranhão era muito elevado, desde o período da sua criação em 1755, haviam ingressados 3.000 escravizados, com o passar do tempo, esse número saltou para escala maior, de 1755 a 1778, o período da sua extinção, havia cerca de 30.000 africanos inseridos na região, no qual 74% foram provenientes do porto de Bissau e Cacheu. Silva (2013) supõe que foram inúmeras populações africanas de diferentes locais e de diferentes etnias inseridas no Pará e no Maranhão, durante atividade de CGGPM, conforme afirma o mesmo:

E da população africana inserida como cativa no Maranhão durante a atividade da CGGPM e mesmo depois dela, Carreira acredita que entre o rio Casamansa e o Cacheu foram resgatados banhuns, cassangas, felupes, baiotes, balantas, brames, pepéis e caboianas. Do porto de Bissau os africanos embarcados para a capitania maranhense eram pepéis da própria ilha, balantas, manjacos, bijagós, beafadas, nalus e mandingas, soninkés e pajandincas³¹. Esses foram os grupos de procedência que mais alimentaram a corrente do tráfico (Silva, 2013 p. 8 a 9).

Esses foram os grupos étnicos que mais alimentam a corrente do tráfico transatlântico da Guiné para o Brasil. Por outro lado as frotas utilizadas nos transportes dos cativos durante as atividades da CGGPM de acordo com Caldeira²⁴ (2016), eram navios de cargas adaptados,

²⁴ CALDEIRA, Alfredo (coord.). **Catálogo. Memorial da escravatura e do tráfico negreiro, Cacheu, Guiné-Bissau.** Julho de 2016.

em termos de capacidade de volume da carga e em termos das navegações de longa duração. Assim, quanto à quantidade de escravizados para cada navio, isso varia de navios, pois havia navios em que os números dos escravizados ultrapassaram a quantidade que o barco podia levar, isso gerava más condições durante a viagem, devido que os cativos ficavam apertados nessa viagem de longa duração, falta de alimentação o que fazia com que muitos acabavam por contrair doenças, sendo que outros não se resistiam e morriam antes de chegarem aos destinos cujos corpos eram atirados ao mar por forma a evitar o contágio e permitir que os outros chegassem às destinos com vidas.

Sendo assim, Carreira²⁵ (1968), vai dizer que a CGGPM teve 42 navios perante as suas atividades de comercialização de diversos tipos e desses constam registrados da sua propriedade 2 naus de guerra oferecidas pela Coroa; 4 naus mercantes; 9 galeras; 5 corvetas; 7 bergantins; 1 lancha do alto; 8 chalupas; 2 escunas; 4 lambotes. Destes navios 27 eram utilizados para viagens de longa duração, entre África e Brasil, havia navios menores como lancha do alto, as chalupas, as escunas e os tambores estavam destinados às viagens costeiras, designadamente nas Ilhas de Cabo-Verde e Rios da Guiné que fazia trajeto entre ilhas de Cabo-Verde, Cacheu, Bissau e nos rios ao longo da Costa ocidental africana, transportando mercadorias e escravos.

Ainda o autor afirma que os navios que faziam transportes de escravos da costa ocidental africana, de Cabo-Verde ao Brasil, estes fizeram 175 viagens de ida e alguns retornaram com diversas cargas, outros retornam para Portugal levando “droga de sertão” como café, cravo, baunilha, algodão, arroz gengibre etc. Portanto, cada navio tinha a sua regra em relação à viagem, uma viagem por ano, um outro navio mais veloz chegou de fazer ida e retorno no mesmo ano. Carreira (1968), afirma que as viagens eram longas, que a duração era estimada de 45 dias a 90 dias de (ida) e teve um navio que naufragou em 1757 próximo ao Pará, de nome N^a Senhora de Conceição, maioria parte dos escravos que transportava morreram, passando tempo a companhia arrumou mais um novo navio batizando-lhe com o mesmo nome.

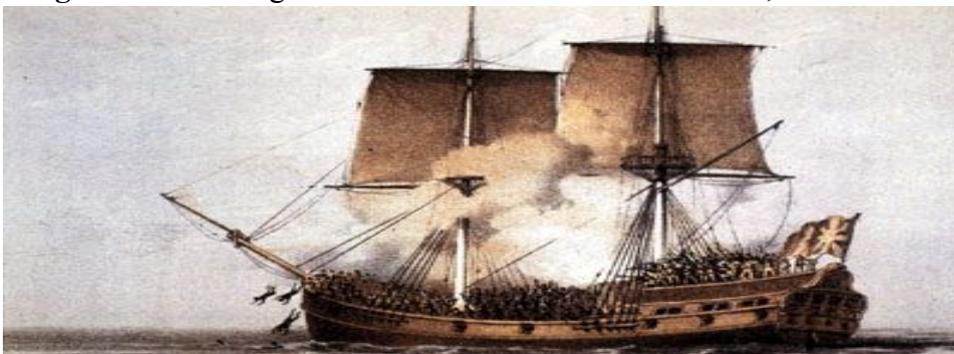
De modo geral o percurso dos navios na chamada via redonda obedecia ao seguinte esquema: 1- navios destinados ao tráfico a norte do Equador: Lisboa - Cabo verde ou Bissau – Pará ou Maranhão Lisboa, ou, Lisboa – Cabo verde – Bissau ou Cacheu – Cabo verde – Lisboa para drenarem urzela.

2- Navios destinados ao tráfico a sul do equador: Lisboa – Cabo Verde ou S. Tomé – Luanda ou Benguela – Pará ou Lisboa – Maranhão. Nas viagens de

²⁵ CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Comércio e Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste brasileiro.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, v. XXIII, n.º 89/90, 1968

retorno a Lisboa, carregavam gêneros no Pará ou no Maranhão (Carreira, 1968 p. 54).

Imagem 7: Navio negreiro sobrelotado na África Ocidental, século XVIII



Fonte: <https://www.christies.com/en/lot/lot-4347692>

Conforme Campos (2012), a CGGPM resgatou de Bissau e Cacheu um total de 19.849 escravizados com destino ao Brasil e, destes, chegaram apenas 18.580 indivíduos vivos, no período de 1756-1788. Com base nisso, Manenti (2015), na revista eletrônica GELEDÉS, afirma que o navio que transportava os escravizados, principalmente, do porto de Cacheu para Brasil era chamado de “Amável Donzela”. A sua característica era a seguinte: bandeira de Portugal, tipo de embarcação - Galera, travessias realizadas - 11, pessoas transportadas - 3.838, pessoas mortas durante a viagem - 298, desembarcadas no Brasil - 3.540, e a tripulação (média) era igual 31 (Caetano, 2015), para além deste, existiam outras embarcações que faziam atividades como estas, por exemplo, navio FELIZ VENTURA (Cacheu 1819), FELICIDADE (Bissau 1834), CARIDAD CUBANA (Bissau 1839), estes faziam transportes para as Américas.

De acordo com a pesquisa de campo, realizada em Cacheu, foram encontrados alguns documentos em memorial de escravatura, registrando atividades da CGGPM que serviu para enriquecer esta pesquisa.

Esses dados foram extraídos do site: <https://www.slavevoyages.org/>

Quadro 1: número de pessoas escravizadas na Guiné Bissau para o Brasil.

Viagens (*)	Capitães	Itinerário	Total de escravos embarcados	Taxa de mortalidade
1789	José de Azevedo Santos	Lisboa - Cacheu - Maranhão	182	7,7%
1790	José de Oliveira; Manoel de Abreu Lima	Lisboa - Cacheu - Maranhão	287	7,7%
1791	Joaquim Lázaro Madeira	Lisboa - Cacheu - Maranhão	149	7,4%
1792	Joaquim Adrião Rosendo; Joaquim Lázaro Madeira	Lisboa - Cacheu - Bissau - Maranhão	315	1,3%
1793	Joaquim Adrião Rosendo	Lisboa - Cacheu - Maranhão	340	7,6%
1794	Joaquim Adrião Rosendo	Lisboa - Cacheu - Maranhão	269	1,1%
1795	Joaquim Adrião Rosendo	Lisboa - Cacheu - Maranhão	225	7,6%
1796	Joaquim Adrião Rosendo	Lisboa - Cacheu - Maranhão	363	7,4%
1804	José Pereira de Melo	Lisboa - Benguela - Rio de Janeiro	382	10,5%
1805	José Pereira de Melo; Joaquim das Neves Leiria	Rio de Janeiro - Benguela - Luanda - Rio de Janeiro	631	8,7%
1806	João Cardoso Monteiro; Joaquim Viera Jallapa	Rio de Janeiro - Benguela - Luanda - Pernambuco	691	10,9%

(*) Ano de Chegada ao Porto de Desembarque
Fonte: <http://www.slavevoyages.org/>

Fonte: foto tirada da exposição do Memorial de escravatura e tráfico negro, em Cacheu 2022.

Durante um longo período da atividade comercial, a CGGPM, empresa do Marquês de Pombal entrou em decadência em decorrência de um ano após a morte de José I, neste âmbito, a rainha D. Maria I extinguiu o monopólio da Companhia e acabando com seus privilégios, por decisão de 25 de fevereiro de 1778, mesmo assim, este continuou a fazer suas atividades livres, só foi extinta oficialmente e definitiva em 7 de dezembro 1914, junto com a Companhia Geral de Pernambuco (Santos; Rebocho, 2014; Carreira, 1968).

Baseando nas narrativas escritas sobre as dinâmicas de CGGPM, o teórico Assunção (2010), acredita que até 1750 o número de africanos escravizados foi insignificante. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão obteve o monopólio do tráfico da Coroa, e trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778” (*Ibid.*, p. 69). E com a demanda de alguns produtos em roupas como algodão, arroz, o autor afirma que foram mais de 100 mil africanos principalmente da Guiné, Dahomey e Angola.

O processo de travessia e chegada desses africanos escravizados no território brasileiro tinha sido determinante para o processo de reconfiguração e ressignificação das identidades

negras e dos povos da diáspora africana no Brasil. Por meio da travessia atlântica, os africanos trazidos para a América portuguesa vieram com suas culturas e identidades. No entanto, ao chegarem ao Brasil, o processo de miscigenação obrigou-os a ganhar nova

identidade. Uma identidade mestiça de diferentes culturas que vinha se construindo e construindo a partir de uma nova realidade. É sobre este assunto que iremos abordar no próximo capítulo.

4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E RESIGNIFICAÇÕES DAS IDENTIDADES A PARTIR DO ATLÂNTICO ESCRAVISTA E AS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

Este subtítulo, relacionado ao objetivo da pesquisa, vai nos permitir entender como se deu o processo de construção da identidade Afro-brasileira e em que contexto. É óbvio que essa relação de África com Brasil se deu através de laços histórico e cultural, pois os dois possuíam histórias comuns. Além da travessia atlântica que lhes uniu, também tiveram idênticos processos de ocupação, de colonização e de exploração de matérias primas, sobretudo a exploração humana. A formação da nova identidade afro-brasileira se deu na base de contraste cultural entre vários grupos étnicos provenientes do continente africano no período escravista.

4.1. RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ÁFRICA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Prandi²⁶ (2000) argumenta que entre anos 1525 milhares de africanos foram trazidos de diferentes partes do continente africano para Brasil contra suas vontades e na condição de escravos, isto sem contar com os que não conseguiram resistir acabando-se por morrer ao longo da travessia oceânica. Para ele, não se tratava apenas de um povo, mas sim de várias etnias, nações, línguas e culturas introduzidas no Brasil com objetivo de proporcionar a economia brasileira que estava ligada a mão de obra escravocrata.

Reginaldo Prandi quis dizer-nos com isto que, os africanos tiveram grande contribuição para economia brasileira crescer por terem exercido, ao longo de vastos períodos, atividades nos engenhos de açúcar, nas minas do ouro, nas atividades agrícolas, na produção de Cacau e entre outras atividades em diferentes estados do Brasil, como explica o autor:

Foi a mão-de-obra dos campos de fumo e cacau da Bahia e Sergipe, além da cana-de-açúcar; no Rio de Janeiro foram destinados aos plantios de cana e mais tarde de café; em Pernambuco, Alagoas e Paraíba eram indispensáveis aos cultivos de cana e algodão; no Maranhão e Pará trabalharam no algodão; em São Paulo, na cana e café. Em Minas, além da mineração, trabalharam,

²⁶ PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.** In: REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

mais tarde, nas plantações de café, também cultivadas no Espírito Santo. Também estavam presentes na agricultura do Rio Grande do Sul e na mineração de Goiás e Mato Grosso. Em todos os lugares foram os responsáveis também pelos serviços domésticos, organizados no complexo casa-grande e senzala. (Prandi, 2000, p.55).

Portanto, várias nações do continente africano foram trazidas para o Brasil, sobretudo as da região do golfo da Guiné, como os Nagôs ou Iorubás, entre outras civilizações islamizadas, apesar de terem tido pouca importância na formação da cultura brasileira.

Nesse processo de deslocamento forçado no Atlântico, por meio de embarcação de navio negreiro, para as américas, essas populações vieram com suas culturas, crenças religiosas, línguas, sabedorias, culinária, etc. segundo mostram os estudos realizados por Munanga²⁷ de (2005), Munanga e Gomes (2004), Santana (2017), Gomes (2017), Santos (2016) e Castro (2016). Entretanto, o processo de miscigenação levou a população africana transportada para o Brasil a adquirir nova identidade. Identidade está composta de diferentes culturas que se constrói e reconstrói a partir de uma nova realidade.

Por isso, para falar da presença dos africanos no Brasil, não basta falar só de trabalho de mão de obra escravista, mas também da sua presença no sentido geral, isto é, falar da sua contribuição seja na economia e construção da identidade nacional e cultural Brasileira. Assim, é inegável que os africanos trazidos como escravos para o Brasil tenham dado contribuições fundamentais e determinantes para o desenvolvimento deste país. Para isso, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes trouxeram uma abordagem esclarecedora destacada em três principais ordens: econômica, demográfica e cultural.

No plano econômico, Munanga e Gomes (2006) destacaram a participação dos negros no trabalho foçado fornecendo a mão de obra nas lavouras de plantação de cana de açúcar, algodão, café e na mineração. Essas pessoas escravizadas eram utilizadas como mão de obra sem remuneração e em condições desumanas. Foi graças ao seu trabalho que produziram as riquezas do Brasil colonial e atuaram na construção da base econômica do país. No plano demográfico, conforme explicação dos autores, os africanos ajudaram no povoamento do Brasil. A título de exemplo, a evolução demográfica demonstra que, até 1830, os negros constituíram 63% da população total, os brancos 16% e os mestiços 21%.

Enfim, no plano cultural, os intelectuais negros citados, os referidos atores realçam as notáveis contribuições dos negros africanos na língua portuguesa do Brasil, bem como, no campo da religiosidade, da arte, da dança, da música, da arquitetura, da culinária da estética etc. Os dois pesquisadores negros deram exemplos de algumas palavras das línguas africanas

²⁷ MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Ação educativa 10 anos 2005.

que são, cotidianamente, utilizadas pelos brasileiros, sem a consciência de que são palavras africanas aportuguesadas. Eis alguns exemplos: ginga, cafuné, acarajé, bamba, bobó, bunda, orixá, samba, umbanda, lengalenga, quiabo, fubá, macumba, nagô, berimbau, capanga, ilê, mandinga, candomblé, oxalá etc.

Por conseguinte, compreende-se a identidade como uma forma de reconhecimento que define e distingue uma pessoa da outra, sua origem e cultura, ou, ainda pode dizer-se que a identidade é uma consciência que uma pessoa tem de si mesma e que a pode tornar diferente ou semelhante de outra. Existem vários tipos de identidades e Hall²⁸ (2006) distingue três concepções da identidade de um ser humano: sujeito iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

A concepção do sujeito iluminismo, segundo o autor, baseia-se no fato de o ser humano ser indivíduo totalmente centrado, unificado e dotado de capacidade de razão, de consciência e de ação, é uma concepção individualista porque consiste no interior do seu “eu”. Enquanto o sujeito sociológico pensa e reflete sobre a dificuldade da sociedade moderna e não se forma independente o suficiente, porque a sua existência depende das relações sociais com outras pessoas. O autor ainda reforça que a identidade seja formada na interação entre o “eu” e a sociedade e essa concepção sociológica da identidade preenche o espaço entre o interior e exterior, por exemplo, o seu mundo pessoal e o mundo público.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, sutura) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (Hall, 2006, p. 11- 12).

Na concepção do sujeito pós-moderno, segundo explicação de Hall, as coisas não são as mesmas, pois, a identidade está em constante mudança, na qual, o sujeito não possui uma identidade fixa. O autor ainda ressalta que a identidade cultural sofreu uma série de crises nos períodos pós-Segunda Guerra Mundial, por conta das pessoas que não possuem uma identidade fixa. Isso leva a perceber que o processo identitário é algo que está em constante construção e reconstrução, as mudanças ocorrem sempre e são influenciadas pelo tempo, espaço físico e geográfico. Portanto, a identidade cultural tem a ver com as normas ou

²⁸ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hábitos, usos e costumes de um povo ou sociedade, ou seja, algo que uma pessoa tem em comum com determinados grupos sociais.

Luis Nicolau Perés (2018) no seu livro sobre a formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia, descreve que a identidade coletiva nas sociedades africanas, principalmente, as da Costa Ocidental da África se dava na base de afiliação parentesco à certas chefias, normalmente, organizadas em volta de instituições monárquicas. Para ele, a identidade da sociedade africana é multidimensional e articulada em várias formas, quer étnica, religiosa, política e territorial. Ainda, segundo o autor, a identidade coletiva de um grupo varia de vínculo parentesco, dos laços familiares e pessoas que pertencem uma ancestralidade comum, portanto quando a atividade religiosa ou culto abrange determinados ancestrais ou outras entidades espirituais ali, é dada como identidade étnica ou comunitária.

Nisto, Perés (2018), continua abordando a identidade africana, apontando marcas corporais físicas no rosto ou em qualquer parte do corpo, o território ou a cidade e a língua como fatores de uma identidade coletiva. Por isso, existem as diversidades dentro da identidade coletiva, por conta de vários fatores, tais como casamento que é uma aliança matrimonial, fatores como guerra, a migração, apropriação de culto religioso estrangeiro, agregação da linhagem de escravo ou pelas mudanças políticas.

Partindo deste ponto de vista, permite-nos entender a denominação de “nações africana” no contexto colonial brasileiro, diferentes povos formaram diferentes nações e o nome de cada nação varia do porto de embarque de escravizados, como Angolas, Minas, Ardas, Gintios da Guiné ou Gintios da Costa, Nagós, Criolos, porém os crioulos são filhos africanos nascidos no Brasil.

Sobre isso, Vagner Gonçalves da Silva (2005) no seu livro sobre Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira, o autor relata que no Brasil os escravizados eram sempre classificados consoante as localização dos portos onde foram embarcados na África, por isso haviam negros de várias procedências sequestrados no litoral ou no interior do continente. Até onde se sabe, o autor afirma que vieram dois principais grupos étnicos de origem e culturas comuns, como tais, os sudaneses e os bantos. Os Sudaneses pertencem os grupos originário da África ocidental como Nigéria, Benin (antigo Daomé) Togo e Guiné entre outros, os yorubas e nagôs (subdivididos em queto, ijexa, egba) os jejes (ewe ou fon) e os fanti ashantis, também vieram os povos islamizados como o caso dos fulas e mandingas. Então, esses grupos étnicos mencionados foram introduzidos na Bahia e em Pernambuco nos meados do século XVII a XIX.

Enquanto isso, os bantos pertenciam aos povos originários do atual Congo, Angola e Moçambique. Da parte da Angola, vieram os Cassanjes e Benguela, entre outros, estes foram introduzidos principalmente em Minas Gerais e Goiás entre os séculos XVI a XIX. Partindo desta afirmação de Silva (2005), percebe-se que os africanos exerceram maior influência sobre a cultura brasileira, por conta da imensa diversidade étnica e cultural introduzida, ao mesmo tempo deixando as marcas na música, na dança, na culinária, nas artes, nos jogos, etc.

Segundo Munanga (2005), no conceito de identidade emerge sempre os conceitos de diversidade, isto é, da cidadania, raça, etnia, gênero, etc. com os quais se mantêm relações, ora dialéticas ora excludentes. Conceitos esses, também, envolvidos no processo de construção de uma educação democrática. O autor fundamenta que, tanto os homens como as mulheres são feitos de diversidades e cita como exemplo as diferentes linguagens, raças, classes sociais, gêneros etc. E como a diversidade cultural está relacionada à várias formas que caracterizam o ser humano, enfatiza-se que ela se baseia na variedade de elementos culturais que estão presentes e marcam o lugar em uma sociedade.

Esses elementos simbólicos, carregados por diferentes grupos de pessoas, que constituem uma sociedade deveriam ser enxergados e assumidos como uma riqueza, pois, a mestiçagem de diversos povos através de um longo processo histórico escravocrata na nação brasileira fez do Brasil um país de extensa diversidade cultural. Porém o processo da escravidão e seus reflexos impactaram na construção da identidade brasileira e na resignificação das identidades dos africanos escravizados.

A pesquisa busca saber como se deu esse processo de resignificações das identidades ou construção das novas identidades a partir do atlântico escravista, com base nas redes das irmandades das pessoas negras escravizadas no Brasil colonial, como símbolo de união, resistência e proteção. Em forma de resistência, os africanos escravizados criaram suas redes de irmandades para se sentirem unidos e fortalecidos, protegendo uns aos outros. É importante frisar que essa rede de irmandade não abarca só os africanos escravizados, mas todas suas descendentes, como explica o autor Russell-Wood (1939) no seu livro sobre “Escravos e libertos no Brasil colonial”. Esses africanos adotaram quase o modelo organizacional semelhante a do metrópoles e deram o nome de “Irmandades de pessoas de Cor do Brasil”.

Foi assim que, quando chegou a hora de elaborar compromissos para suas próprias irmandades, os negros e mulatos do Brasil colonial, alguns dos quais analfabetos, falando pouco ou nenhum português e adeptos das crenças religiosas africanas fundidas ao catolicismo, seguiram quase ao pé da letra os estatutos elaborados em Lisboa ou no porto por portugueses brancos e

‘cristões velhos’. Da mesma forma enfatizavam a obediência a religião católica, a filantropia social para com os membros da caridade com os necessitados. As irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para os negros trazidos da África com escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. (Russell-Wood, 1939, p. 193).

De forma geral, essas redes de irmandades difundiram-se por diferentes cantos do Brasil, principalmente dos centros coloniais, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, porém é notório a influência europeia dentro da cultura africana na América portuguesa, assim surgiram novas identidades culturais, através do processo de ressignificação, da adaptação e da resistência, apesar de muitas intervenções católicas nas suas formas de cultura. Como nunca deixaram perder suas origens identitárias, recriaram a nova forma de vivência cultural e religiosa, introduzindo assim o cristianismo, a religião do homem branco dentro dos ritos culturais tradicionais africanos e isso se transformou especificamente em nova prática de culto dos afrodescendentes que também se transformaram em religião com base em matrizes africanas, como explica Reginaldo Prandi:

Nas diferentes grandes cidades do século XIX surgiram grupos que recriam no Brasil cultos religiosos que reproduziam não somente a religião africana, mas também outros aspectos da sua cultura na África. Os criadores dessas religiões foram negros da nação nagô ou iorubá, especialmente os de tradição de Oyó, Lagos, Ketu, Ijexá e Egbá, e os das nações jeje, sobretudo os mahis e os daomeanos. Floresceram na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Sul e, secundariamente, no Rio de Janeiro. Embora tenha também surgido e se mantido uma religião equivalente por iniciativa de negros bantos, a modalidade bantu lembra muito mais uma adaptação das religiões sudanesas do que propriamente cultos da África Meridional, tanto em relação ao panteão de divindades como em função das cerimônias e processos iniciáticos. Na Bahia surgiram os candomblés ketu e ijexá e mais recentemente o efã, todos de origem acentuadamente nagô ou iorubá, além de um candomblé de culto aos ancestrais, o candomblé de egungum. Também da Bahia é o candomblé jeje ou jeje-mahi, enquanto no Maranhão o tambor denominado mina-jeje dependeu mais de tradições dos jejes daomeanos, ali também se criando uma denominação mina-nagô. Em Pernambuco sobreviveu a recriação da nação egbá, também chamada nagô, e no Rio Grande do Sul, as nações iorubanas oyó e ijexá. Em Alagoas criou-se um culto de nação xambá, igualmente nagô, hoje praticamente extinta. Na Bahia, como em outros lugares, tivemos a formação dos candomblés bantos, com três referências básicas: candomblé angola, congo e cabinda, mas apenas as dimensões da língua ritual e da música parecem ser sua marca de identidade, pois seus deuses são os orixás dos nagôs e seus ritos seguem os dos candomblés nagôs e jejes (Prandi, 2000, p.60).

Vale salientar que os escravizados conseguiram manter sua tradição africana dentro do cristianismo, a religião imposta pelos homens brancos. Embora seguissem o cristianismo, eram conscientes das suas origens e suas tradições enquanto africanos. Para isso, o Gilberto Freyre (2005) vem explicando que, em termos sociorreligiosos, há evidências de influências

africana e dos valores culturais no catolicismo e apresenta como exemplo, a africanização dentro do catolicismo, como “o culto da Virgem Maria que o diga, com suas assimilações do africano, de Iemanjá. Há, no Brasil, Nossas Senhoras, para os seus devotos, negras como a do Rosário ou pardas escuras como a de Guadalupe e as quais se fazem promessas através de ex-votos que se constituíram, no Brasil, numa arte rústica de escultura em madeira e em barro, na sua maior parte muito mais africana do que europeia no seu modo de ser brasileira.”

O Brasil estava no meio de uma transculturação e sincretismo muito grande. Freyre (2005) ainda afirma que a dança “maracatu” é uma representação da religiosidade africana infiltrada na religiosidade brasileira, porém essas infiltrações se baseiam nos ditos “sincretismo”, que significa na convergência ou união de várias religiões, uma mistura de religiosidade de vários povos, como por exemplo africanos, indígenas e europeu e entre outros.

Para Freyre (2005), “Maracatu é uma dança que representa a religiosidade brasileira, porque tem mistura de ritmos da cultura africana, indígenas e europeia, portanto a infiltração da cultura africana na religiosidade brasileira é grande, aqui no Brasil, podemos encontrar a cultura africana dentro dos cultos de alguns santos da igreja católica, como o culto de São Jorge, da Santa Bárbara e dos Santos Cosme e Damião”. Renato Ortiz (1985) fala exatamente isso, que Santa Bárbara e da Iansã, na medida em que existe uma memória africana que escolhe as santas católicas, aquele que tem um elemento analógico da divindade e da memória coletiva africano, no candomblé e ou umbanda, religião dos afrodescendentes.

Buscando esclarecer alguma coisa sobre a recriação da religião africana no Brasil, optamos por trazer Candomblé e Umbanda para abordar por serem os mais conhecidos, apesar que existem outras organizações religiosas com inspirações e influências africana no país. Nesse sentido Freitas (2003), afirma que Candomblé, e a religião dos cultos dos orixás no Brasil, derivada de cultos de matrizes africana, trazido para cá por meio dos escravizados, e que foi ressignificado e consolidou como religião através tradição oral, e sua liturgia foi proclamada através da transmissão oral dos mitos manifestado nas danças, nos cânticos e rituais que perpetuariam traços e formas históricas, religiosas e sociais.

Também se manifesta na consciência e na memória coletiva do presente e do passado dos afrodescendentes. No entanto, importante frisar que está religião não se limita apenas para os negros, atualmente abarca todas as pessoas e todas a “cores” até os brancos seguem também está religião. Oliveira (2003), ainda afirma que a rede sistema de práticas religiosas de origem africana, que aqui chamamos de candomblé, tem outros nomes ou designações:

xangô, tambor-de-mina, babaçuê, batuque etc. Por isso as religiões afro-brasileiras, é notório, e possui uma complexa diversidade do sistema ritualístico.

Por outro lado, existe a Umbanda, apesar de semelhança, mas existem diferenças entre ela e o Candomblé, desde o propósito das suas criações, nas formas de incorporações, nas relações com os orixás, até nos rituais. Como é sabido, Umbanda é literalmente brasileira, conforme aborda Ricardo de Oliveira Freitas:

Vale lembrar que os muitos projetos de formulação de uma identidade nacional, nesse momento proposto pelo movimento modernista no Brasil, encontrarão eco na boa aceitação da umbanda, com seus modelos europeizados – práticas kardecistas, personagens europeus (as pombagiras espanholas, as ciganas romenas...) – e seus traços de brasilidade, com a valorização de elementos estritamente nacionais – os caboclos, os sertanejos (boiadeiros), os ex-escravos (pretos-velhos) e as crianças (mariazinhas e pedrinhos) – aberta à toda sorte de fiéis, dispersos por todo o território nacional. (Freitas,2003, p.72)

Para reforçar essa teoria, sobre as religiões de matrizes africanas, cabe nos dizer que a Umbanda é um caso diferente, porque foi criada pelos brancos de classe média, com o intuito de agregar a contribuição de todos os grupos que compõe a sociedade brasileira, como por exemplo um modelo nacional propriamente do Brasil, portanto essa religião é um verdadeiro exemplo de sincretismo religioso no Brasil.

Antes de fechar este assunto sobre a religiosidade, eu gostaria de trazer a minha experiência no terreiro do Candomblé na Bahia em município de Candeias, fui convidada a participar dum culto no terreiro em Candeias, notei muita semelhança como o que os Guineenses chamam de “Baloba” até nas formas de enfeites, os búzios, pano branco e vermelho, e também na forma como constroem as casinhas da divindades, eu disse assim – “meu deus é exatamente isso que temos na Guiné” – até a forma de chamar as divindades (orixás), jogam a comida no chão e começam a falar no yorubá. Eles têm a figura do pai dos santos ou (Babalorixá), que é a pessoa responsável pelo terreiro e responsável pelas pessoas que ali frequentam que são chamados (filhos) e na Guiné-Bissau essa pessoa é chamado de DUNU DE BALOBA, (dono da baloba), que é a pessoa responsável pelo lugar, e das pessoas também que ali se frequentam.

Essas pessoas responsáveis pelos terreiros ou balobas, não só têm de ser homens, existem mulheres também ocupando este espaço, como Mãe dos santos (Ialorixá). E outra coisa que me chamou atenção foi a incorporação das entidades, que também temos na Guiné-Bissau em algumas etnias, como Pepel e Mancanhi, das danças os sons do tambor a comida na folha duma planta, toda essa experiência despertaram a minha memória e me trouxe várias lembranças da Guiné-Bissau. Deu-me a entender que a nossa cultura ou

tradições africanas deixadas pelos nossos ancestrais encontram-se preservadas pela população negra e transmitida de geração em geração, mas de uma forma ressignificada, sem perder a sua originalidade. Assim, é importante destacar que o continente africano possui uma vasta diversidade cultural, linguística, biológica e política com importante influência na sociedade brasileira.

Com certeza vieram diferentes povos ou etnias do continente africano, que com eles carregaram suas identidades culturais, que obviamente acabaram por influenciar efetivamente na cultura brasileira em vários sentidos, por exemplo na língua, na religião, nos hábitos ou costumes, nas danças, (os ritmos do samba, capoeira batucada etc.). Para além desses elementos mencionados como influências, existem também a influência biológica, que é a questão da característica, traços e fenótipos africanos. Também tem a questão da estética, vestimentas e os penteados. Para tal, Freyre (2005), traz abordagem esclarecedora.

Os exemplos aqui apresentados de influências ou presenças africanas ou negras na biologia e na cultura do brasileiro parecem indicar quanto essas presenças ou essas influências vêm sendo fortes no Brasil. Seria inexato dizer-se que o Brasil é uma África americana, pela preponderância em grande número de brasileiros de sangue e de heranças culturais africanas. E sendo inexata tal africanidade da gente e da cultura brasileiras, resulta artificial a pretensão de estender-se a esta parte da América a mística de uma negritude rígida que fizesse de numerosos brasileiros simples transplantes de africanos, à espera de reintegração numa espécie de África materno-maternalmente negra que estendesse até a América brasileira direitos de posse. Que existam esses direitos materno-maternalmente. Imperialmente. O que existe de antropológico e sociologicamente válido é uma presença africana no que, no Brasil de hoje, é tanto sociedade como cultura, cultura no seu sentido antropossociológico, impossível de ser subestimada. Impossível de deixar de ser considerada como efeito biossocial do que se admita ter sido uma co-colonização africana desta parte da América, ao lado da europeia. Ou da ibérica. Ou da especificamente portuguesa. Quase rival dessa colonização, tais os seus lastros biológicos e culturais, lançados desde o século XVI, para que sobre eles se desenvolvesse, como vem se desenvolvendo, um novo tipo de sociedade nacional e um novo tipo de cultura nacional: a sociedade e da cultura brasileiras. (Freyre, 2005, p. 374).

Com base nessa abordagem, dá para perceber que, contemporaneamente, a África é tido como referência da ancestralidade no Brasil, pois sua tradição é ali preservada, o que torna o Brasil mais próximo da África. Através das heranças africanas deixadas pelos antepassados faz com que hoje a construção da identidade negra africana no Brasil seja baseada na questão do reconhecimento e valorização. Sendo um continente com uma pluralidade cultural gigantesca, a África contribui de várias formas na sociedade brasileira. Tendo já falado da religiosidade, optou-se agora em trazer contribuição africana na gastronomia brasileira. Para muitas pessoas, existem várias formas da influência da cultura africana no Brasil, mas o principal é a religiosidade e a culinária.

Para aprofundar esse debate, Maria da Conceição Paiva indica no seu texto “A presença africana na culinária brasileira: sabores africanos no Brasil” que os africanos que foram forçados a vir para Brasil não trouxeram só as suas forças para trabalhar em diferentes setores que exigiam esforço físico, mas também trouxeram os “saberes” e a forma de cozinhar. Com o tempo, eles tiveram de se adaptar ao novo contexto, a nova realidade e a cozinha como dessa adaptação e transformação cultural. Deste modo, a maioria dos alimentos existentes no Brasil vieram da África, como por exemplo, o inhame, o dendê, o coco, o arroz, o feijão fradinho, a gengibre, o quiabo, a malagueta, o ananás, o amendoim, o café, a melancia e entre outros (Paiva²⁹, 2017)

A cultura afro-brasileira está presente no cotidiano brasileiro, seu estilo gastronômico é um dos principais no cardápio nacional. Os estudos de Yamaguchi e Sales (2020), sobre “Abará, Caruru e Vatapá: a influência da culinária africana na formação da identidade brasileira”, publicado na Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, apontam que os povos quilombolas possuíram uma relação importantíssima com o alimento, e isso vai muito além do observável, pois o alimento simboliza a resistência, a devoção e a fartura das comunidades negras rurais, é por meio do alimento, e através da forma de cultivar, de preparar e de oferecer os alimentos, que eles preservam os saberes, as memórias, subjetividades e simbolismos. E esses alimentos acima mencionados fazem parte dos ingredientes utilizados na culinária brasileira.

De acordo com os relatos do youtuber, Luiz Kadh, num dos seus vídeos sobre a culinária brasileira na escravidão ³⁰em 2014, os negros são fundadores da culinária brasileira e toda sua comida passaram por mãos negras durante três séculos. Portanto comandavam a cozinha desde a época colonial, inventaram pratos com adição de ingredientes trazidos da África. Para os temperos, adaptaram ingredientes e especiarias indígenas, tudo isso, para saborear o paladar dos portugueses. Para os negros, a cozinha é tida como um espaço de harmonia e convivência durante o momento de muita opressão.

Apesar de mestiçagem ter acontecido no Brasil, mas foram os negros que meteram a mão na massa e proporcionaram os pratos culinários brasileiros, por isso tudo que o brasileiro come hoje, desde arroz e feijão que é o básico, tem o resquício da mente criativa da senzala, formou-se então uma gastronomia leve e densa. Pela má condição de vida alimentar, os escravos não tinham acesso a boa comida de primeira, ao contrário dos nobres que

²⁹ PAIVA, Maria da Conceição. **A presença africana na culinária brasileira: sabores africanos no Brasil**. 2017.

³⁰ <https://youtu.be/6i2n1bZQJp4> A culinária brasileira na escravidão. Luz Kadh. 2014

alimentavam com boas partes da comida. O que se considerava inconsumível era aproveitado pelos negros, partes como essas, orelha, barriga do boi, cabeça, rabo, pata de porco etc. Os legumes eram fáceis de conseguir, porque os próprios negros é que cultivavam, através disso surgiram vários pratos como, mocotó, feijoada, canjica, pirão de mandioca com charque, quindim e foram eles os criadores de azeite de dendê com as técnicas adquiridas na África, acarajé, caruru, mungunzá, vatapá, abará, pamonha cuscuz, cocada, quibebe, tapioca, bolo de milho, a moqueca do peixe e entre outros que não cabe mencionar aqui.

Fazendo a comparação com a Guiné-Bissau em aspecto culinários, cabe frisar que existem semelhança em maioria dos pratos, como, Caruru a que chamamos de (siga), mas só que o caruru no acrescenta-se leite de coco e a cocada, chamamo-los de (doce de coconete), temos cuscuz, feijoada, dendê e é o que chamamos em crioulo de (tchebém) e o azeite de dendê chamamos de (citi).



31

Azeite dendê (citi) produzida em G.bissau



Dendê (tchebém)



32

Prato Siga com candja (quiabo) e citi (G.Bissau)



33

Prato Caruru, com quiabo e azeite de dendê (Brasil)



34

Doce de coconete



35

Cocada

De modo geral, os africanos trazidos como escravizados para o Brasil tiveram uma importante contribuição na formação do Brasil, desde a época colonial até a consolidação da República. Além de suas contribuições socioeconômica e política, na arquitetura, na construção de monumentos e de estradas, também participaram ativamente na formação da identidade cultural brasileira.

Em relação a este assunto, levando em conta os objetivos da pesquisa, segundo Reinaldo dos Santos Barroso (2009), a presença da cultura guineense no Maranhão é mais centrada na religiosidade, na forma de plantação e de cultivo. Sobre as memórias, (Silva, 2020), destaca que cerca de 140.000 pessoas escravizados e levados para Maranhão e entre os quais vários eram provenientes de Cacheu e são representantes de várias etnias de Guiné-Bissau, todavia tentaram reconstruir certos aspectos das suas identidades culturais.

As construções e reconstruções dos escravizados no solo brasileiro contribuiu muito para a formação dos descendentes, onde as narrativas foram construídas à volta do passado

³² <https://sabordagbissau.blogspot.com/2020/04/gastronomia-da-guine-bissau.html> prato Siga de Guiné-Bissau

³³ <https://h1receitas.com/caruru/> prato Caruru de Brasil.

³⁴

<https://www.facebook.com/GastronomiaDaGuineBissau/photos/doce-de-cocoingredientes3-colheres-de-a%C3%A7%C3%BAcar-para-calda2-ch%C3%A1-venas-de-coco-ralado/671400806332327/> doce de coco de Guiné-Bissau,

³⁵ <https://www.recantodasletras.com.br/trovas/5640631> cocada de Brasil.

histórico e patrimônio cultural dos quilombolas. O assunto sobre Memória de escravatura na Guiné-Bissau e o regresso dos quilombolas de Maranhão e cabo-verdianos a Cacheu será abordado com mais detalhes no capítulo a seguir.

4.2. MEMÓRIA DE ESCRAVATURA E DO TRÁFICO NEGREIRO NA GUINÉ-BISSAU: O REGRESSO DOS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO A CACHEU

O tema em abordagem traz memórias, narrativas, memória escrita e oral do passado dos africanos escravizados de Guiné-Bissau, partindo do porto de Cacheu e de Bissau para São Luís, Maranhão. Assim, em recorte, traz-se as falas de testemunhas afro descendentes dos Quilombos de Santa Rosa Dos Pretos que contam como o passado histórico deixado pelos seus ancestrais, através da oralidade, serviu muito para a construção do saber. Os relatos deixam evidente a semelhança cultural entre esses povos. Em seguida abordar-se-á o regresso destes, a origem em busca de sua raiz, origem identitária. De tudo que constatou aqui, pode dizer-se que a escravidão seja um fenômeno mais violento e desumano que aconteceu na história da humanidade tendo, assim, deixado cicatrizes inesquecíveis na sociedade. Por meio deste processo, a Guiné-Bissau e o Brasil se conectam.

Para fundamentar o assunto, Silva (2018), explica que as pessoas eram sequestradas nas suas tabancas e conduzidas para porto de Cacheu e Bissau para serem embarcadas para o Maranhão, tendo em conta a rota previamente definida. Outrora, os sequestrados da Guiné-Bissau eram levados até Cabo-Verde e depois seguiam para Maranhã. Para esta rota, várias etnias não se escaparam, assim, observava-se entre as etnias alvoas, Mandigas, Soninkés, Jalofos, Fulas, Felupes, Banhuns, Cassangas, Baiotes, Balantas, Brâmes, Papéis, Caboianas, Manjacos, Bijagós, Beafadas, Nalus, Pajandicas a serem desembarcadas em Belém e São Luís do Maranhão. Estas etnias, ao chegarem ao Brasil, juntaram-se e construíram novas identidades, os quilombos.

De acordo com o texto de Diálogo Interculturais do Gomes e Smedo (2011), quilombos eram comunidades, ou organizações coletivas, formadas por negros ou escravos, que fugiam dos seus senhores e se estabeleceram num local longe das fazendas, em prol das suas resistências contra o trabalho forçado, criavam suas próprias regras, costumes e preservavam suas próprias identidades culturais.

Eles construíram casas ou redutos para garantir direito à vida a quem fugisse, por esta razão, o verdadeiro sentido do quilombo no Brasil é “refúgio”. Suas resistências eram baseadas nas lutas cotidianas, porque planejavam fugas devido às revoltas contra os senhores, donos das fazendas e várias outras formas necessárias de protestos. Ao longo do tempo o quilombo recebeu várias denominações, como explica Georgiana Márcia Oliveira Santos. (2013).

No Brasil e mais, especificamente, no Maranhão, entre os tantos grupos humanos que (re)constróem de forma particular a realidade fenomênica, porque a partir de suas visões ímpares de mundo fincadas em suas raízes étnicas, culturais, históricas, sociais, estão os atuais quilombos ou comunidades quilombolas também denominados — com as devidas ressalvas conceituais — comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de quilombos, terras de quilombo, mocambos, comunidades rurais afro-brasileiras, comunidades negras rurais, campesinatos negros, campos negros, remanescentes das comunidades de quilombo, quilombos contemporâneos, isolados negros, povoados negros e, particularmente, no Norte e Nordeste do Brasil, especialmente, no Maranhão, terras de preto (Santos, 1013, p.10)

Na verdade, o nome quilombo deriva de tronco linguístico banto, principalmente da língua Quimbundo e Umbundo, que são línguas faladas na região de Angola, que significa acampamento guerreiro na Floresta.

Santos (2013), assevera que os escravizados, principalmente, em maranhão não eram desalmados como dizem os portugueses, eles possuíam espíritos, crenças, costumes, sabedoria, que ultrapassaram os colonizadores e hoje os quilombolas remanescentes preservam essa memória histórica e cultural cujo ensinamento passado de geração a gerações, através da oralidade. Isso demonstra que os negros contribuíram significante na formação sociocultural brasileira/maranhense, isto é, através dos seus traços característicos na língua, na música, nos instrumentos, na dança, nos utensílios, no artesanato, no misticismo, na indumentária, nos rituais religiosos, na culinária, nas festas e manifestações, no corpo, nos valores sociais e na forma de viver.

No Maranhão, as tradições africanas, ressemantizadas pelas inovações afrobrasileiras, são notáveis, por exemplo, no tambor de crioula que é um estilo de dança afrobrasileira existente apenas no Maranhão e que, em razão dessa especificidade e de sua indiscutível africanidade, foi reconhecido pelo Ministério da Cultura, desde 2007, como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Essa dança, em geral, é executada por mulheres com saias rodadas e coloridas, dispostas em círculo e animadas pelo som das batidas de tambores de diferentes tamanhos. Outra testemunha cultural da herança africana no Maranhão são os blocos afro que têm como principal característica a coreografia realizada com passos marcantes e executada ao som de instrumentos como tambores e agogôs. Um dos blocos afro-maranhenses mais tradicionais é o Akomabu que, na língua fon, significa a cultura não deve morrer. Na música, as etnias africanas influenciaram os ritmos que compõem a base de boa parte da música popular brasileira e maranhense. O lundu — gênero musical colonial de influência

africana — originou, por exemplo, a base rítmica do maxixe, samba, choro, bossanova, maculelê, lambada, coco, jongo, entre outros gêneros musicais. Também há alguns instrumentos musicais como o berimbau, o afoxé e o agogô que são de origem africana. O berimbau, por exemplo, é o instrumento utilizado para criar o ritmo que acompanha os passos da capoeira que é uma mistura de dança e arte marcial criada pelos escravizados no Brasil colonial. Da culinária africana ficou uma vasta herança, como o doce de espécie, o quiabo, a pimenta, o coco, o feijão e, em especial, o cuxá — feito de uma planta procedente da África, a vinagreira — que faz parte de uma das iguarias típicas do Maranhão, o arroz-de-cuxá. O Tambor de Mina é o principal símbolo da influência africana na religiosidade maranhense. A palavra tambor advém da importância desse instrumento musical nos rituais de culto e a palavra mina deriva da designação negro-mina dada aos escravizados trazidos da região das atuais Repúblicas do Togo, Benin e da Nigéria, que eram conhecidos principalmente como negros mina-jejes e negros mina-nagôs. Consequentemente, existem dois modelos principais de tambor de mina no Maranhão: mina jeje e mina nagô (Santos, 2013 p. 29-30).

Contudo, África é um continente imenso com diferentes povos, etnias, línguas e culturas diferentes, sempre existe uma ligação entre os povos. Quer dizer, dentro da cultura do outro consegue encontrar um pouco da sua cultura, pode ser na culinária ou nos rituais religiosos etc.

Quanto às relações identitária e cultural entre Guiné-Bissau e Maranhão, esta questão foca-se mais em religiosidade, práticas agrícolas, (através de modelo de agricultura Familiar), forma de criação de animais, alimentação, etc. Conforme o manual do Diálogo intercultural (1011), os Quilombolas plantam arroz, milho, inhame, feijão e entre outros para seus próprios consumos, também criam animais em casa de pequeno ou médio porte, como galinha, pata, porco. Algumas comunidades quilombolas têm hábitos de praticar pesca e caça, como também gostam de plantar árvores frutíferas em casa, como bananeiras, mangueiras, cajueiros etc. Também produzem hortaliças, (tomate, pepino, alface, quiabo e entre outros legumes e plantas), em termos de artesanato, existem várias semelhanças, principalmente na produção de bolsas de palha, com palha de uma árvore chamada no Maranhão de Babaçu, e em Guiné-Bissau é chamado de Cibe. Portanto, toda essa prática também é comum na Guiné-Bissau e ao se partir dessa ótica, é possível afirmar que um pedaço da Guiné-Bissau esteve e ainda está em Maranhão.

De acordo com o documentário “o mundo preto tem mais vida” de Filipe S. Duran, realizado em 2018, contam falas das testemunhas sobre o Quilombo da Santa Rosa de Preto/ Itapecuru-Mirim/Maranhão, no qual Anacleto Pires da Silva relata que foi nesse lugar, Santa Rosa, é que os escravizados eram massacrados, violentados e executados. Segunda ela, o que acontecia em Santa Rosa era massacre.

Com isso, é sempre importante buscar compreender o seu processo histórico e há um ditado africano que diz – “quem não tem memória não tem a história e quem não tem a história não tem memória” – isso quer dizer que, um povo tem de conhecer a sua história, porque sua história é sua identidade.

Os quilombolas de Santa Rosa de Preto são descendentes de 7 famílias de escravizados sequestrados na Guiné-Bissau para Maranhão no século XVIII, trazidos para trabalhar nas fazendas e que depois formaram uma grande família descendente africana na qual a maioria, hoje, conta sua história, conforme a fala da Anacleta Pires da Silva: *somos de uma tabanca chamada Caio, de uma cidade Cacheu em Guiné-Bissau, pegavam as pessoas nas tabancas e faziam captação dos escravos, levavam para essa muralha (fortaleza de Cacheu), de lá eles eram levados para Cabo-Verde, depois de lá faziam o embarque forçado dos pretos que restavam.*

Isso demonstra a importância da oralidade para os africanos e os negros, porque são conhecimentos históricos transmitidos para novas gerações através da fala. É tida como uma espécie de patrimônio cultural e ancestral preservadas dos africanos e as suas diásporas. Os remanescentes refazem as práticas ancestrais no sentido de dar continuidade histórica, cultural e identitária em diferentes formas, como na prática de prevenção e de cura da doença etc.

Nesta lógica, a forma de cultivo, plantação de mandioca, milho e arroz também existe na Guiné-Bissau, como também identificam-se algumas semelhanças quanto à relação com a natureza, assim, na Guiné-Bissau, aquilo que se diz “Mato Sagrado” no Maranhão diz-se “Mãe Natureza”. Com efeito, observa-se que ambos têm natureza como algo sagrado, porque para eles existem ali espíritos ou almas dos seus ancestrais.

Em termos da religiosidade, há algo em comum, a questão de sincretismo religioso brasileiro, as manifestações culturais quilombolas são expressões religiosas de um legado cultural enraizado no passado ancestral ligado à África e isso possui elementos culturais em comum com a Guiné-Bissau, especialmente no ato de incorporação de algumas entidades como orixás, divindades, etc; é indispensável concordar que essa prática não é comum em todas as etnias da Guiné-Bissau, mas algumas têm a incorporação às entidades conhecidas como almas, defuntos ou irã.

Também percebe-se que os maranhenses têm relação muito forte com o tambor que chamam de tambor de crioulo, para eles o som de tambor traz conexão com a ancestralidade, por isso é usada nos cultos e manifestações religiosas, de igual forma em maioria dos países africanos principalmente em Guiné-Bissau, o tambor para além de ser um meio de

comunicação tradicional, também é utilizado nos cultos e manifestações religiosas. Para a maioria dos povos africanos, como também os quilombolas, o tambor é tido como instrumento sagrado, porque emite uma conexão com os ancestrais, por exemplo nos cultos para orixás e em cerimônias de toca choro na Guiné-Bissau.

O tambor de crioulo é tido como patrimônio imaterial do povo brasileiro, e, é uma forma de pagamento de promessas a São Benedito, através das danças, cantos e músicas percussivas. E na festa de pagamento de promessa a São Benedito, o santo preto protetor dos pobres, são abatidos os bois, porcos e aves como sinal de oferenda ao Santo, como pagamento de promessa. Essas ações são vistas também em algumas manifestações tradicionais guineenses. Portanto, por causa destes e vários elementos culturais, podemos afirmar que temos algo em comum com a cultura maranhense influenciada pelo processo de escravidão.

Esses aspectos históricos e culturais são muito importantes para os afrodescendentes e representam elementos da história do seu povo e das suas origens identitárias. Por esta razão, é valorizado cada elemento cultural que os ligam conecta ao continente africano, principalmente a oralidade e territorialidade como princípios que alimentam os quilombolas.



Imagem de Netos de Bandé. G. Bissau³⁶

imagem de Tambor de Criolo Maranhão – BR³⁷

Portanto, o retorno dos quilombolas do Maranhão à Guiné-Bissau em busca das suas origens identitárias foi muito significativo e marcante para ambos povos no que concerne aos pertencimentos e reconhecimento. Isso prova, mais uma vez, que além da existência de algo em comum entre a Guiné-Bissau e o Maranhão, também partilham a mesma ancestralidade.

De acordo com o documentário produzido pela – Ação para o Desenvolvimento- AD³⁸, em 2010, e o vídeo do IMVF- ONGD “O PERCURSO DOS QUILOMBOS³⁹” e Silva (2020), alguns brasileiros de quilombolas e caboverdianos retornaram à Guiné-Bissau a procura das suas origens étnicas e identitárias. Em 2010,

³⁶ Imagem de tomboristas dos netos de Bandé de G-Bissau
<http://lojafrobrasil.blogspot.com/2011/11/grupo-africano-de-guine-bissau-netos-de.html>

³⁷ Imagem de tambor de crioula de Maranhão – Brasil
<https://www.ipatrimonio.org/maranhao-tambor-de-crioula-do-maranhao/#!/map=38329&loc=-6.000000000000009,-45,17>

³⁸ Festival de Cacheu | IMVF | O percurso dos Quilombos <https://youtu.be/TRWYCEGYaVk>

³⁹ Testemunho Emília Moreira | IMVF | O percurso dos Quilombos <https://youtu.be/yCccsM3GK2g>

aconteceu um evento denominado “Caminho de Escravos” organizado em Cacheu pela Organização Não Governamental AD – Ação para o Desenvolvimento – em parceria com a União Europeia (EU) de 18 a 25 de novembro onde participaram os quilombolas. Para o evento, os quilombolas chegaram ao país no dia 19, depois seguiram para Cacheu, a cidade onde foram retirados seus ancestrais e levados para o novo mundo. Ao chegarem a Cacheu foram recebidos em um ambiente de festa, o que os fez sentirem representados e identificados com a terra de suas origens.

Nesse âmbito, descobriram, em termos culturais, a similaridade entre dois povos no respeitante às semelhanças entre alguns produtos e os objetos de artesanato e muitos outros que tinham em comum. Eles contaram que encontraram a semelhança no ritmo da dança, no toque do tambor de crioula, na música, na culinária, e na hospitalidade. Sentiram isso na alma como se estivessem em casa e em família. Foram acolhidos com muito afeto e com muito carinho, isso causa um impacto muito grande neles, depois de tudo que costumavam ouvir e ver na mídia sobre o continente africano. Além disso, eles descobriram as semelhanças corporais e o jeito de se expressar, estas semelhanças despertaram a atenção dos quilombolas e a partir daí começaram a se identificar.

O reencontro pertiu-lhes a realização de várias visitas a locais históricos no processo da escravidão, o que neles causou um grande impacto e a sensação de dor. Também visitaram o antigo e velho porto de Cacheu, onde ocorriam exatamente a negociação e o tráfico negro, depois partiram para o Parque Nacional de Mangui, concretamente em Blól, uma das zonas da região de Cacheu habitada pela população felupes que sofreu também com a exploração humana (lá, também teve um porto onde faziam a embarcação). Além dos locais mencionados, também outras visitas foram realizadas a Calequis, Caio e por último à Fortaleza Amura em Bissau, o local em que se encontra a sepultura do pai de nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, entre outros combatentes da luta pela libertação nacional.

Este retorno às origens, na antiga feitoria de Cacheu e imediações, demonstra o interesse em reconstruir os laços identitários e culturais que ligam os povos africanos e a sua diáspora. Neste ensejo, o atlântico escravista descreve as utilizadas identitárias preservadas no contexto da diáspora africana, apresentando as ressignificações culturais provenientes dos encontros com diversos povos.

Em geral, digamos que nessa viagem de volta às origens ancestrais, eles vivenciaram um momento muito forte, no que diz respeito a questão do pertencimento, como a fala da testemunha Emília Moreira diz “o pertencimento ninguém tira, eles me levaram da aqui, e sou de Cacheu”. E esse encontro de retorno às origens identitárias possibilita mais os quilombolas

a estarem ligados com a África reforçando assim seus laços identitários e reforçaram o que é ser quilombola, que é uma questão de resistência e de dar continuidade ao que foi deixado pelos seus ancestrais, seja na culinária, em termo das suas manifestações culturais e isso lhes fortalece e lhes mantém unidos.

Hoje em dia, na Guiné-Bissau, pouco ou nada, se fala da memória da escravidão, sobretudo na escola, apesar de existência alguns materiais desse regime de tráfico humano na cidade de Cacheu. O porto de Cacheu era o ponto mais estratégico para esse comércio e isso fortaleceu-se mais na região com a construção da fortaleza de Cacheu, foi por isso é que se fundou a companhia de Cacheu e rios da Guiné em 1675 para dinamizar o comércio.

Neste caso, o porto de Cacheu e de Bissau serviram de principais pontos de embarque de produtos e pessoas escravizadas com destinos às américas, concretamente ao Brasil para trabalharem nas fazendas e nas plantações de cana de açúcar. Este negócio tornou-se em marco histórico, político e sociocultural entre os dois países.

Para além do porto, também a fortaleza de Cacheu (baluarte) ainda se encontra preservada, nos últimos anos, antiga casa Gouveia de Cacheu foi reabilitada e transformada em um memorial de escravatura, alguns vestígios da época da escravatura ainda se encontram ali preservados. Assim, como considera Caldeira (2016), a construção do memorial de escravatura e do tráfico negreiro em Cacheu consiste em dar valor à memória de uma realidade que abalou profundamente os países africanos e ainda hoje permanece com grande acuidade nas sociedades que foram atingidas com o tráfico negreiro e essa tragédia deixou marcas e feridas abertas.

Tanto que levaram em consideração três vertentes fundamentais na sua criação, que são: Histórica, cultural e econômica, como explica Carlos Schwarz (AD) 2013 que a vertente histórica é mais na questão de promover a investigação histórica científica e discutir o tema de escravidão. No que toca à vertente cultural, esta é mais voltada à promoção de cultura e identidade de Cacheu, mostrando assim as contribuições de diferentes etnias, além mostrar a importância da língua crioula, que surgiu e se afirmou ali. Já a vertente econômica era orientada para o desenvolvimento econômico, potencializando as atividades produtivas, que serviam de meio de reduzir a pobreza. O memorial foi construído e inaugurado em 2016.

Portanto, se parar para ver, percebe-se que este flagelo ainda nos assombra atualmente, como afirma Caldeira (2016), que o contexto atual se tem deparado com novas formas de servidão que merecem ser combatidas em prol dos direitos humanos e de cidadãos conscientes. Pois, existem vários casos de violência e de exploração doméstica, tanto como o trabalho infantil. Portanto, o tema de escravidão está ganhando espaço de discussão e

despertando, aos poucos, a atenção da população. Segundo o mesmo autor, a construção do memorial da escravatura de Cacheu contou com o apoio de várias organizações como: “ONGD” guineense Ação para o Desenvolvimento (AD), a Associazione Interpreti Naturalistici (AIN), de Itália, a COAJQ, Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros, com sede na Região de Cacheu, e a Fundação Mário Soares, de Portugal” com o financiamento prestado pela União Europeia e Unesco.



Memorial de escravatura e do tráfico negroiro de Cacheu.

Fonte: https://www.facebook.com/memorialescravatura.Cacheu/photos/a.276593719721991/276593679721995/?type=3&is_lookaside=1 Acesso em: 10/07/2022



Parte de frente do memorial Fonte: casacomum.org/cc/dossiers/memorial/memorial. Acesso em: 17/07/2022

Pelo que se sabe, a história da Guiné-Bissau, geralmente, é contada a partir da Luta da Libertação Nacional como um marco histórico, isto é, faz-se um recorte temporal daquilo que foi a história do país, esquecendo-se do primeiro e o mais violento fato histórico, a escravatura, que ocorreu muitos anos antes do início da luta pela independência, em 1963. Portanto, para a importância da história, é importante que se conheça a história do povo para poder contá-la a partir do seu início.

A forma como tem sido ignorada a história, o processo de escravidão na Guiné-Bissau, por parte do Estado guineense merece uma análise crítica, pois esta não é ensinada em escolas no país, não consta nos programas curriculares, tanto no básico/fundamental como no secundário/médio. Agora, pergunta-se: como é que as novas gerações vão conhecer essa história? Sendo que pouco se fala sobre a escravidão e nem é lecionada na sala de aula. Assim, é prescindível apontar que cada povo tem a sua história, por isso, é fundamental que cada um conheça a sua própria história, porque a história de um povo ou de uma nação tem de ser transmitida de geração a geração.

Com essa ausência da história do passado colonial nos gredes curriculares, muitas pessoas continuam sem noção de como era o processo da escravidão na Guiné. Por conseguinte, para tornar o assunto conhecido e acessível a todos, é necessário que se promova, urgentemente, debates em torno da nossa história e criar projetos de ensino que permitam a sua preservação por forma a garantir que as gerações futuras conheçam-na de forma organizada.

Para além da história do processo de escravidão, a história da Guiné, também, não é ensinada nas escolas do país por não fazer parte do projeto pedagógico curricular do ensino nacional. Sobre histórias da África, estas, pouca coisa se aprende nas escolas, principalmente, as histórias dos reinos do Mali, Gana, Songhay e Gabu. O resto é tudo sobre as histórias eurocêntricas. Neste sentido, considera-se muito fundamental a construção do Memorial da Escravatura e de Tráfico Negreiro em Cacheu por viabilizar a conexão das pessoas com o passado, redescobrimo, assim, a história de Cacheu e a sua diáspora.

Pelas ruas de Cidade, ainda observam-se alguns vestígios ou marcas deixadas pelo processo de escravidão, o exemplo de casas habitacionais portuguesas, casas comerciais, a capelinha (igreja) de Nossa Senhora do Vencimento. De acordo com a historiografia, foi a primeira igreja na Costa Ocidental da África, construída pelos portugueses e hoje conhecida como Nossa Senhora da Natividade, padroeira de Cacheu e é um dos lugares importantíssimos na história de Cacheu. Segundo a historiografia guineense, ela foi fundada

ou construída no século XVI pelos portugueses e foi a primeira a ser edificada na Costa Ocidental da África.

Os escravizados, antes de serem embarcados, levados para as Américas, eram batizados nessa Capela. A igreja, além de ser uma propriedade nacional, também é uma propriedade histórica que pertence ao Vaticano e foi ali que nasceram os primeiros cristãos na Guiné-Bissau.⁴⁰ Henriques, (2016) argumenta que o historiador Leopoldo Amado, afirma que essa igreja tinha ficado danificada no século XVII, devido às cheias, tendo sido reabilitada várias vezes. Nela, converteram-se, aproximadamente, 600 a 800 africanos. É importante salientar que esta igreja ainda se encontra muito bem conservada nos dias de hoje e é um dos pontos de peregrinação dos católicos da Guiné-Bissau.⁴¹

Ainda no que se refere à memória de escravatura, pode-se encontrar algumas estátuas dos primeiros navegadores europeus que chegaram à Guiné, no século XV, o caso de Diogo Gomes, o primeiro explorador português a navegar nas águas do rio Geba); Nuno Tristão, o primeiro navegador a chegar a designada Guiné-Bissau e Teixeira Pinto, o “pacificador” da Guiné, assim como do primeiro governador da Praça de Cacheu, Honório Barreto. Suas estatuetas e mais outros utensílios da época da escravidão, hoje se encontram preservados no museu de memorial de escravatura e de tráfico negreiro em Cacheu. O bom disso, é que agora o memorial está recebendo visitas escolares, intercâmbios dos alunos, para conhecerem a história de Cacheu e do próprio memorial.

Como crítica que se pretende registrar aqui tem a ver com a ausência de estátuas de três mulheres que tiveram papel de liderança e participações ativas no comércio e tráfico de escravos na história da Guiné-Bissau, principalmente em Cacheu. Porque as autoridades guineenses não se preocuparam em construir, também, as estatuas de líderes femininas guineenses que lideraram a luta contra escravidão e domínio colonial? Será que é importante manter estátuas de escravocratas que sequestraram o nosso povo no nosso território? Para preservar a história local, seria melhor o Estado investir na construção das memórias em homenagem aos nossos antepassados que deram vida para a nossa terra ao invés de deixar permanente a memória dos invasores e opressores. Portanto, na Guiné-Bissau, percebe-se que existe uma ausência de política voltada à construção de estátuas de personalidades africanas que lideraram a luta contra o regime de tráfico de escravidão.

⁴⁰ <https://clssvany.com/regiao-de-cacheu/>

⁴¹

<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/-guinebissau-alimentava-o-comercio-de-escravos-de-cabo-verde-1729883>



Fonte: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2011/10/guine-6374-p8930-nossa-expedicao-guine.html> acesso em: 29/07/2022

Estátua de Nuno Tristão em fortaleza de Cacheu.



Fonte: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2011/10/guine-6374-p8930-nossa-expedicao-guine.html> em: 29/07/2022. Estátua de Honório Pereira Barreto em fortaleza de Cacheu

Fonte:
acesso



Fonte: foto tirada de pesquisa do campo: antiga capela de Cacheu, Nossa Senhora do vencimento do século XVI (Cacheu).



Fonte: Pesquisa do Campo: Palácio administrativo do Governo Colonial (Cacheu).



Fonte: Foto de pesquisa do Campo; Brasão colônia, praça de Cacheu.



Fonte: Foto da pesquisa do Campo: Parte interno de fortaleza de Cacheu



Fonte: Foto de pesquisa do Campo: Parte externo de fortaleza de Cacheu.



Fonte: fotos da pesquisa de Campo: Cidade de Cacheu, praça pública.



Fonte: foto tirada da exposição de Memorial de Cacheu: Antigo porto de embarque dos escravizados.

5. CONCLUSÕES

A presente dissertação examinou o legado da escravidão entre Guiné-Bissau e Brasil. Entende-se que séculos da escravização dos africanos na Guiné-Bissau e através do comércio transatlântico para o Brasil, foi um processo duro e que requer muitas investigações para captar mais ressignificações para o século XXI. Sendo assim, a pesquisa permitiu-nos compreender a relação que existe entre Guiné-Bissau e Brasil, uma ligação que começou com um fenômeno histórico desumano e cruel, que criou laços identitários entre ambos os países, quer no âmbito histórico, social, cultural e político.

O Maranhão é um dos estados do Brasil que mais recebeu os africanos de Guiné-Bissau, através da Companhia Geral de Comércio de Grão Pará e Maranhão. E Cacheu é uma cidade no norte da Guiné-Bissau que foi povoada em 1558, ela era o ponto central de embarque dos escravizados para a América portuguesa. Era em Cacheu que estava instalada a sede principal da administração colonial portuguesa, e estrategicamente a cidade de Cacheu situa bem no ponto de vista dos colonizados porque facilitava na dinâmica do comércio triangular, e isso resultou na construção de fortaleza em 641 tudo para poderem ter controle do mar e das vendas de mercadorias e escravizados.

A Coroa ordenou a criação da capitania de Cacheu e a fortificação fortaleza, e nomeou o Gonçalo De Gamboa Aiala capitão-mor, encarregando-lhe assim a obra de (re)construção do forte pela segunda vez, com a fundação da cidade e a criação da construção da fortaleza, surgirão várias companhias, uma delas é a Companhia de Cacheu, rios e comércio da Guiné em 1676, com o objetivo de comercializar os escravizados nomeadamente para Brasil. Diante de dadas circunstâncias locais e culturais, a primeira fase da administração colonial em Cacheu não foi nada fácil para os portugueses na altura, porém houve muitas revoltas dos nativos, que estavam contra a dominação portuguesa e a proibição de não comercializar com estrangeiros. Também as mulheres tiveram grande participação neste período, participaram ativamente e movimentaram o comércio no Cacheu, mas que muitas das vezes foram esquecidas nas histórias e suas ações e participações foram reconhecidas como sujeitos históricos.

Portanto, a criação da companhia Geral de comercio de Grã Pará e Maranhão em 1775, intensificou a dinâmica de escravidão atlântica, muitas pessoas foram tiradas a e embarcada a força nos portos de Bissau e Cacheu para Brasil, principalmente Maranhão, onde

forram submetidos ao trabalho forçado, nas plantações, nas minas, nas construções das estradas e dos monumentos etc.

Nesse processo de deslocamento forçado para o novo mundo, as pessoas que foram levadas e inseridas em novo contexto, os africanos trouxeram consigo suas identidades culturais, como bem disse o estudioso de cultura Stuart Hall, que a cultura não é estática, ela está em constante transformação e mudanças. Diante disso houve um processo de ressignificação das identidades culturais dos africanos quando chegaram ao Brasil principalmente no processo de adaptação à nova realidade e uma nova vida, perante uma grande diversidade cultural e religiosa, porque foram introduzidos no Brasil, vários grupos étnicos culturais, vindo de diferente canto da África.

O continente Africano não é homogêneo, tem 54 países com culturas diferentes. Mas ao chegar no Brasil ressignificar suas identidades por conta dessas diversidades dos povos, quase em todo sentido principalmente na religiosidade, foram obrigadas a introduzir o cristianismo dentro das suas religiões por conta de medo e da sua segurança, porque eram proibidas de praticar sua religiosidade além do cristianismo. Por isso encontramos hoje vários aspectos religiosos cristão no ritual do candomblé, umbanda e até no caboclo com o ritual indígenas.

Em outro aspecto os africanos tiveram grande participação na construção do Brasil, na gastronomia, na arte, na estética na dança na música, nas arquiteturas etc. tudo que eles faziam antes, que hoje virou uma coisa famosa, como por exemplo a feijoada, era uma forma de resistência e de sobrevivência, as tranças também eram um símbolo da resistência, são essas e entre outros vários exemplos. Nessa propositura, o resultado que encontramos por meios de análise bibliográfico e pesquisa de campo, é que a ligação entre Guiné-Bissau e Brasil, é baseado nos elementos culturais. Por exemplo, a culinária, a dança e a percussão, e a religiosidade.

Entende-se que o retorno dos quilombolas a origem identitária (Cacheu), é a peça-chave dessa trajetória, porém isso demonstra claramente essa relação existente entre ambos, que eles são descendentes das pessoas que foram levados de Guiné-Bissau para Brasil, e que são da origem Bissau Guineense e maioria são pertencentes de Cacheu. Para finalizar, a pesquisa demonstra que os dois países possuem ancestralidade como, uma ligação histórica que hoje é baseada nos âmbitos social, político, cultural e educacional.

Não obstante, este trabalho contribui para conhecimento histórico e da conscientização da sociedade guineense e Brasileira, sobre suas ligações e relação no passado. Enfatiza-se que socialmente e academicamente, a pesquisa contribui na literatura de escravidão na

Guiné-Bissau, e vai servir de referências e incentivo para futuros pesquisadores, notadamente com a relação à linha de pesquisa, vai contribuir muito, no campo da identidade e da cultura, e vai servir de referências e fonte bibliográfica acessível para todos.

Como limitação desta pesquisa, apresenta-se ausência de dados devido falta de recursos, ou documentos históricos, e pouca referências bibliográficos, que fala sobre o processo da escravidão na Guiné-Bissau, e por falta de testemunhos vivos, no qual desistimos de fazer entrevista. Já a recomendações ou a possibilidade para futuras pesquisas, estende-se a continuidade do estudo no âmbito religioso, fazendo um estudo profundo sobre Candomblé e as religiões tradicionais da Guiné-Bissau. Enfim, Antônio Carreira, Maria Luísa Esteves, Reinaldo dos Santos Barros, Nelson Fernandes, são autores que nortearam a pesquisa, suas contribuições foram muito importantes, assim como contribuições de vários que colocamos nas referências.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNCAO, Matthias Röhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão.**

Tempo [online]. 2010, vol.15, n.29, pp.67-110. ISSN 1413-7704.

AUGEL. Moema Perente. **O desafio de escombros: a literatura guineense e a narração da nação.** Rio de Janeiro: Faculdade de Letras-UFRJ, 2005. 387 p. Tese de doutorado em Literatura Portuguesa, na especialidade das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa).

AUGEL. Moema Perente. **O desafio de escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. **Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800),** 2009.

BARRY, Boubacar. **A Senegâmbia do séc. XV ao Séc. XX: Em Defesa de uma História Sub-Regional da Senegâmbia.** In. Soronda: revista de estudos guineenses. nº 9 (Jan. 1990), pp. 3-21. Disponível em: [09708.009 \(casacomum.org\)](http://casacomum.org). acessado em 04/06/2022.

BENZINHO e ROSA. **Guia turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau.** Gráfica ediliber:

Coimbra, 2015. Disponível em: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1948985>

BRITO, Wladimir. **Personalidades crioulas em contextos: os casos de Honório Pereira Barreto e Amílcar Cabral** In. Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações. Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga», realizado em Cacheu, de 22 a 24 de novembro de 1988. Coord. Carlos Lopes. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

CALDEIRA, Alfredo (coord.). **Catálogo. Memorial da escravatura e do tráfico negreiro, Cacheu, Guiné-Bissau.** Julho de 2016. Disponível em: Acessado em 20/07/2022.

http://casacomum.org/cc/img/destaques/2016/112/Catalogo_Memorial_Escravatura.pdf

CAMPOS, Américo. **História da guiné-bissau em datas.** 2012. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/480474/hist%C3%B3ria-da-guin%C3%A9-bissau-em-datas---guin%C3%A9> acessado em 04/07/2022.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da Luta Armada à Construção do Estado Nacional: Conexões Entre o Discurso de Unidade Nacional e Diversidade Étnica (1959-1994).** Salvador 2013 disponível em:

<https://www.pordentrodafrika.com/wpcontent/uploads/2014/10/Guin%C3%A9Bissau.pdf>. Acessado em 06/05/2022.

Carreira, António. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.** V.1-2 Carreira. - São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Comércio e Navegação, Comércio e Tráfico de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste brasileiro.** In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, v. XXIII, n.º 89/90, 1968.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Marcas de africanidade no português do Brasil: o legado negro africano nas Américas. **In. Rev. Interdisciplinar.** Ano XI, v.24, jan./abr. 2016.

ESTEVES, Maria Luísa. **Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o comércio negreiro espanhol: 1640-1650** / Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné Bissau, 1988. - IV centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988.

FERNANDES, Nelson. **Cacheu, cidade antiga.** IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu- Lisboa: Minerva do Comércio, 1988. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. **Candomblé e Mídia Breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos e pelos meios de comunicação.** In: Acervo, Rio de Janeiro, v. 16, no 2, p. 63-88, jul/dez 2003.

FREYRE, Gilberto. **Aspectos da influência africana no Brasil.** In: Revista del CESLA, núm. 7, 2005, pp. 369-384 Uniwersytet Warszawski, Varsóvia, Polónia. Disponível em: [Aspectos da influência africana no Brasil \(redalyc.org\)](#) acessado 10/04/2023.

GAÇA, Luís. **Guiné 63/74 - P11298: Historiografia da presença portuguesa em África (45): Evolução do estatuto político-administrativo da Guiné, desde 1890 até à independência (José Gouveia, ex-fur mil, CART 1525, Os Falcões, Bissorã, 1966/67).** 2013, In: Blogue Coletivo: Luís Graça & Camaradas da Guiné. Disponível em: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=Estatuto+Pol%C3%ADtico-Administrativo+da+prov%C3%ADncia+da+Guin%C3%A9>; <http://www.cart1525.com/gouveia/divisao.pdf>

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GOMES, Verônica, e SEMEDO, José Maria. Diálogo Interculturais, org. **Um olhar sobre raízes africanas nas comunidades remanescentes de Quilombos do estado de Maranhão/Brasil.** Uma iniciativa do projeto “o percurso dos Quilombo: de África para Brasil e o regresso as origens. 2011. Disponível em: www.quilomboscontemporaneos.org

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAVIC, Philip J. **A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da guiné-bissau séculos xvii e xix.** In: revista Afro-Ásia, 27 (2002), 79-120. DOI: 10.9771/aa.v0i27.21033 Projeto: Gênero do encontro afro-atlântico Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291352159_A_Dinamica_das_Relacoes_de_Genero_e_Parentesco_num_Contexto_Comercial_um_balanco_da_producao_historica_sobre_a_regiao_da_Guine_Bissau_seculos_XVII_e_XIX acessado em 10/07/2022.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Guiné-Bissau: Alimentar o Comércio de Escravos de Cabo Verde.** 2016. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/-guinebissau-alimentava-o-comercio-de-eslavos-de-cabo-verde-1729883>. Acessado em 23/07/2022

Kadh, Luiz. A culinária Brasileira na escravidão. 1014. Disponível em: <https://youtu.be/6i2n1bZOJp4> acessado 26/04/23.

LOPES, A. Marques. **Colonização da Guiné (1800-1819).** Disponível em: <https://aguine.blogspot.com/2016/04/colonizacao-da-guine-1800.html>. Acessado em 23/07/2022.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: Uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos.** In: Afro-Ásia, 32 (2005) 9 – 28.

MARTINS, Diego de Cambraia. **O tráfico de escravos nos rios da Guiné e a dinâmica da economia atlântica portuguesa (1756 – 1807).** Dissertação de mestrado em História – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Econômica, 2015.

MENDES, Leonel Vicente. **Guiné-Bissau Entre Processo De Democratização E Crises Políticas: O Golpe Militar De 12 De Abril De 2012 Gênese E Desdobramentos.** São Francisco do Conde. 2016. **monopólio e concentração de renda.** In: Cadernos Direitos e Pobreza Número 1- ano 1- 2008. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/cadernos-direito-e-pobreza-ano-1-2008.html?page=23> . Acessado 29/09/2022.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.** Ação educativa 10 anos 2005.

ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico MetodológicaSP. Disponível em: https://www.academia.edu/6967769/Diversidade_etnicidade_identidade_e_cidadania. Acesso em: 12 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje: história, realidades, problemas e caminho.** Editora: Global Ação Educativa. 2006

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira identidade nacional.** Editora, Brasiliense s.a. ISBN: 85-11-07014-1. 1ª edição 1985.

PAIVA, Maria da Conceição. **A presença africana na culinária brasileira: sabores africanos no Brasil.** 2017.

PARÉS, L. N. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** 3rd ed. Ver. And enl. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, 421p. ISBN 978-85-268-1498-1. Disponível em: <https://books.google.com.mx/books?hl=pt-BR&lr=&id=pO-yDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=candombl%C3%A9&ots=ohBYLfWca&sig=ht6VZGfOuWi4ML3rmxGdeqDFfeE#v=onepage&q=candombl%C3%A9&f=true> acesso: 13/04/2023.

PERIERA, Daniel. **A fundação da companhia de Cacheu 1971-1976.** In. Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações. Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga», realizado em Cacheu, de 22 a 24 de novembro de 1988. Coord. Carlos Lopes. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

PINTO, Paula. **Tradição e Modernidade na Guiné-Bissau: Uma Perspectiva interpretativa do Subdesenvolvimento.** 2009. Disponível em: <https://1library.org/document/q732gnvy-tradicao-modernidade-guine-bissau-uma-perspectiva-interpretativa-subdesenvolvimento.html>. Acessado em: 20/05/2022.

PRANDI, Reginaldo. **De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião.** In: REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

Relatório da situação do sistema educativo para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases. Doc. Ministério de Educação 2015, Disponível : <https://economia.culturamix.com/negocios/economia-de-guine-bissau-pib-idh-e-negocios> acessado em 01/06/2022 .

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c. 1680 – c. 1830.** Rio de Janeiro março de 2005. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/656976.pdf>. Acessado em: 10/09/2022

RIBEIRO, Rui. **Personalidades crioulas em contexto ideológicos: os casos de Honório Pereira Barreto e Amílcar Cabral.** In. Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações. Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga», realizado em Cacheu, de 22 a 24 de novembro de 1988. Coord. Carlos Lopes. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

SANGREMAN, Carlos. **A política Económica e Social na Guiné- Bissau – 1974 – 2016.** IN: Working Paper CEsa CSG 146 / 2016.

SANTANA, Marise de. Legados africanos: palavra enunciadora de simbolismos étnicos. **Odeere: Revista do Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB. Ano 2, número 3, volume 3, janeiro – junho de 2017.

SANTOS, Georgina Márcia Oliveira. **Um Saber Semioticamente Construído: A Visão De Mundo No Léxico Do Quilombo Jamary Dos Pretos – Turiaçu/Ma.** 2013.

SANTOS, Manuel. **Guiné Bissau: A Formação da Nação.** In __. A construção da nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Bissau: INEP, 1989. pp. 219-242.

SANTOS, Maria Arlete. Contribuição do negro para a cultura brasileira. In. **RTES – Temas em Educação e Saúde.** v.12, n.2, p. 217-229, jul-dez/2016.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Lançados na costa da Guiné: Aventureiros e Comerciantes.** In: Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações. Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga», realizado em Cacheu, de 22 a 24 de novembro de 1988. Coord. Carlos Lopes. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

SANTOS, Vanicléia Silva. **Mulheres africanas nas redes dos agentes da inquisição de Lisboa: o caso de Crispina Peres em Cacheu século XVII.** In: Dossiê tribunal do santo ofício português, 200 anos após extinção: História e Historiografia. Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista, v. 20, n.1 p 67-95, jan.-jun 2021. ISSN 2236-8094. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/9179/6100> acessado em 01/07/2022.

SCHWARZ, Carlos. **Memorial da escravatura Cacheu Guiné-Bissau, programa preliminar.** 2013.

SILVA, Marley Antônia Silva Da. **Do norte da África ao norte da América Portuguesa (1755-1815). Dossiê: histórias e experiências (entre) cruzadas: sobre a escravidão, relações étnico-raciais e colonialismo** In: MNEMOSINE revista/ Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades, V. 9 N. 1. 2018.

SILVA, Natalia Marques Da. **JORNADA Á CACHEU: África como matriz dos Territórios Quilombolas Santa Rosa dos Pretos, Filipa e Santa Joana.** In: Kwanissa, São Luís, n. 6, p. 31-55, 33 ISSN 2595-1033, jul/dez, 2020.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira/** Ilustrações: Olavo Cavalcante. 2. Ed. São Paulo: selo negro, 2005.

SILVA, M. C. G. **Alta Guiné e Maranhão: tráfico atlântico e rotas comerciais na segunda metade do século XVIII.** 4º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional /(PPGH – UFRRJ). Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariacelestegomesdasilva.pdf> Acesso em: 28 Set. 2022.

SILVA, M. C. G. **Rotas negreiras e comércio de africanos para Maranhão colonial, 1755-1800.** 6º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional 2013 /(PPGH – UFSC). Disponível em: <https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Maria-Celeste-Gomes-da-Silva-texto.pdf> . Acesso em: 06 Set 2022

VICENTE, João (Diocese de Bissau). **Quatro séculos da vida Cristã em Cacheu.** In: Mansas, escravos, grumetes e gentio: Cacheu na encruzilhada de civilizações. Actas do Colóquio «Cacheu, Cidade Antiga», realizado em Cacheu, de 22 a 24 de novembro de 1988. Coord. Carlos Lopes. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1993.

Yamaguchi, Hudinilson Kendy de Lima e SALES, Tatiana do Santos. **Abará, Caruru e Vatapá: a influência da culinária africana na formação da identidade brasileira,** 2020. IN: **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** V. 06, nº 03, set-dez., 2020, artigo nº 1882 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult> acesso: 23/04/2023